

SINOPSE DE ENTREVISTA N.º A

Parceiro: Município de Silves

Data: 20.05.2008

QUESTÕES SOBRE O PROJECTO

1. Quais são os principais problemas do território em que a organização que representa está implantada?

Economia

A economia da região do Algarve enfrenta problemas específicos de necessidade de se especializar e se tornar numa economia de excelência. Para o efeito deve repensar os produtos (turísticos, mas não só) que coloca no mercado, apostando e experimentando novos produtos e valorizando as capacidades inovativas do tecido empresarial regional.

Pese embora o facto de a deslocalização de empresas não afectar muito a região, pois a sua actividade principal não é deslocalizável, é um tema ao qual estão atentos, numa perspectiva de solidariedade territorial.

Política

As câmaras municipais e a administração central enfrentam problemas sérios de confiança das populações. É necessário apostar numa maior transparência e participação das pessoas, de forma a fazer face a esta crise e a algum défice democrático.

Mas as pessoas participam muito mais quando estão próximas do poder político. É neste sentido que Silves recebe com optimismo a transferência de competências e de recursos de forma a ter uma maior capacidade de intervenção junto das populações (subsidiariedade). É importante que os municípios tenham autonomia para o fazer.

Sociedade

Os principais problemas têm a ver com alguma procura de habitação, fruto de processos migratórios e algum desemprego que se verifica no concelho.

2. Em que medida é que a rede ECOS poderá contribuir para a solução/minimização desses problemas? E quais são os principais desígnios desta rede?

A rede ECOS visa:

- Incentivar o desenvolvimento de sinergias entre público - privado - sociedade civil;
- Atrair investimento(s), e com isso poder canalizar potencial - induzido pela inovação e orientação para o mercado (oportunidades de negócio e novos produtos);
- Promover o desenvolvimento da competitividade das fileiras;
- Contribuir para a valorização das empresas, concelho e sociedade civil;
- Preparar os concelhos parceiros da rede para futuras candidaturas conjuntas a fundos comunitários, tendo em conta o facto de as candidaturas inter municipais serem privilegiadas;
- Estimular e potenciar a troca de informação, conhecimentos e *knowhow* (aprendizagem).

3. Na sua perspectiva, e tendo em conta o facto de ter sido um conjunto de municípios o motor de constituição desta parceria, que tipo de papel é que o poder local deve ter no desenvolvimento do território?

Actualmente, os municípios estão confrontados com:

- Escassos recursos financeiros;
- Necessidade de continuar a realizar coisas (projectos, acções, prestar serviços), mas com escassos recursos;
- Quadros de pessoal com poucos recursos técnicos (o Município de Silves tem 557 funcionários, e apenas 10% destes são técnicos superiores);
- Burocratização excessiva dos processos e procedimentos da administração local;
- Maiores níveis de exigência por parte dos munícipes face aos serviços prestados;
- Mudança do tipo de necessidades dos munícipes;
- Responder ao desafio da qualificação dos serviços. Neste aspecto o *outsourcing* surge como uma estratégia a considerar cada vez mais. E as empresas afiguram-se como janelas de oportunidades;
- Responder à crise de credibilidade dos políticos.

O facto de cada vez mais os municípios estarem a assumir competências da Administração Central (autonomia) faz com que as redes e parcerias com organizações privadas e da sociedade civil surjam como oportunidades de garante da prestação de novos serviços e produtos.

Os municípios portugueses têm que ser capazes de responder ao desafio da prestação de mais serviços e de realizar obra, mas em simultâneo, planear, partilhar responsabilidades com outras organizações. O conhecimento e os recursos estão dispersos no território, e as câmaras devem conseguir chamá-los a si, cooperando com as instituições do concelho e apoiando financeiramente se necessário. Também devem passar para essas instituições algumas das suas responsabilidades (descentralizar), mas garantindo sempre a coesão do concelho.

O âmbito de influência das câmaras deve ser essencialmente local e regional, na medida em que são os territórios que melhor conhecem.

Os municípios têm como desafios:

- Desburocratização;
- Superação da lógica de não cooperação intermunicipal.
- Mudança de cultura organizacional;
- Superação da tendência para não gerir de forma integrada os recursos regionais;
- Transparência;
- Maior participação dos munícipes;
- Assegurar as competências que estão a ser descentralizadas;
- Melhoria de processos e procedimentos (gestão da qualidade), que podem ser sempre melhorados quando se conhecem boas práticas.

4. Tendo, ainda, em conta que a rede ECOS valoriza e busca parcerias com entidades privadas (as quais integram a própria rede), como encara a actuação das organizações não públicas nos processos de governança e desenvolvimento territorial? Que papel é que lhes está reservado?

No nosso entender, os actores privados vêem na pertença a redes ou parcerias uma vantagem e uma maior facilidade em termos de investimento.

O défice de capital institucional dos territórios constitui uma das principais dificuldades, senão a principal, do trabalho em rede ou parceria. O défice de capital institucional do concelho é significativo. Aliado a este factor está um forte défice de cultura de participação por parte dos cidadãos e das suas organizações em matérias respeitantes ao desenvolvimento urbano, em especial, quando estamos a falar de processos de planeamento estratégico. O Município acredita que é certo que as pessoas não votam em massa e que, por esse motivo, é necessário criar outras oportunidades de participação. A implementação do orçamento Participativo é disso um bom exemplo.

Silves é um concelho com um fraco tecido institucional. Donde, a abordagem de rede e de parceria inclui, regra geral, a captação de recursos institucionais, leia-se organizações, fora do concelho, segundo uma perspectiva regional, nacional e por vezes internacional. Esta lógica de captação de recursos externos é fundamental para o sucesso da rede ECOS.

Estamos em crer que o facto de existir uma estratégia para o desenvolvimento integrado de Silves confere alguma atractividade ao concelho. Os potenciais recursos externos organizacionais sabem que existe um pensamento estratégico e uma vontade por parte do Município de Silves em promover o desenvolvimento do território. É uma aposta do Executivo, e isso transmite confiança a potenciais parceiros não sedeados no concelho.

5. A rede ECOS surge no âmbito de uma candidatura ao instrumento de política Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, promovido pela DGOTDU, um organismo estatal e enquadra-se na Política de Cidades, Polis XXI. Neste contexto, qual considera que deve ser a actuação do estado em matéria de desenvolvimento local e regional?

Papel de congregador de vontades, de impulsionar de acções, de estímulo à iniciativa nacional e regional. A administração central é responsável por planear estrategicamente, de forma a garantir a coesão entre regiões (ex: Política de Cidades, Polis XXI). Mas também não pode esquecer que existem áreas onde não se pode

demitir de responsabilidades concretas ao nível da intervenção e da prestação de serviços básicos (área social, da saúde e da educação).

A nova perspectiva de contratualização (novo modelo de financiamento) com os municípios é muito interessante. Permite corporizar a lógica de descentralização e subsidiariedade, mas com responsabilidade.

6. No caso concreto da organização que representa, quais foram as principais motivações que estiveram na base da decisão de integrar esta rede urbana?

A Rede ECOS constitui uma mais valia e uma oportunidade de:

- Trazer conhecimento científico (investigação) sobre construção sustentável para o concelho, através da partilha de conhecimentos com os demais elementos da rede, bem como através da realização de um conjunto de iniciativas, da responsabilidade do Município de Silves e das quais se destacam os seminários e eventos técnicos (Programa de Trabalho 3). O primeiro encontro realizou-se no mês de Maio e foi subordinado ao tema “Geoarquitectura”.
- Tornar o concelho mais atractivo para novos investidores, especializando-se;
- Promover a imagem do concelho nacional e internacionalmente, através do reconhecimento do trabalho que se faz e da qualificação das instituições;
- Constituir uma oportunidade de financiamento para projectos locais;
- Constituir uma oportunidade de complementaridade a outras iniciativas em curso, as quais também contribuem para o desenvolvimento económico do concelho.
- Criar oportunidades de especialização do concelho, de forma a tornar-se mais competitivo;
- Alargar as fontes de conhecimento, de forma a tornar mais eficaz e impactante a intervenção local;
- Tornar-se mais atractivo face a potenciais investidores, pois o facto de pertencer a uma rede com as características da Rede ECOS reforça a credibilidade da estratégia municipal desenhada em termos de competitividade e capacidade inovativa;
- Criar mais um mecanismo de partilha de experiências e de boas práticas ao nível do desenvolvimento urbano;
- Alavancar outros projectos/iniciativas relacionadas com a qualificação do território, do emprego e das próprias actividades económicas locais.

7. No que se refere à sua organização, quais são os projectos âncora que se enquadram na rede ECOS?

O Município de Silves não tem um projecto âncora definido. Tem antes uma estratégia local pensada para o desenvolvimento económico do concelho que será materializada no Plano Estratégico do Concelho (em fase de aprovação).

Esta estratégia, em termos genéricos, valoriza:

- Promoção do turismo qualificado e não massificado que aposte em públicos diferenciados e com poder de compra;
- Qualificação do território (requalificação urbana das sedes de freguesia), valorizando um enquadramento estético do edificado, experimentando novas soluções;
- Actividades económicas “amigas do ambiente”, com especial enfoque nas tecnologias limpas;
- Captação de investimentos (numa perspectiva regional, nacional e até mesmo internacional) em tecnologias de informação, fazendo face ao desemprego, à deslocalização do emprego para outras zonas (Ásia e Europa de Leste);
- Promover condições de atractibilidade para a fixação de novas empresas, condições estas que incidem preferencialmente no acesso e democratização da informação e que permitem que as pessoas que vivem e vêm viver para Silves possam trabalhar no local de residência (migrações).

A concretização desta estratégia passa, inevitavelmente, por um novo entendimento do papel do Município no desenvolvimento económico do território e da forma como este se deverá relacionar com outros actores da sociedade civil e do mundo empresarial de forma a garantir a concretização desta estratégia e dos projectos a ela associados.

O Município de Silves tem, neste momento, pensados 4 projectos de âmbito local, cuja concretização passa pelo estabelecimento de parcerias (formais ou informais) com actores privados e da sociedade civil: 1) Bairro Social de Construção Sustentável; 2) Vila de I&D; 3) Acessibilidades para todos; 4) Aldeias energeticamente independentes.

8. Qual a experiência da sua organização em matéria de parcerias inter-organizacionais?

O Município de Silves tem uma perspectiva de desenvolvimento urbano que passa, incontornavelmente, pelo estabelecimento de parcerias e negociação com entidades privadas. Tem uma cultura de rede e de rejeição da dispersão de projectos a uma escala muito micro. Exemplos disso são as candidaturas transnacionais que já foram formalizadas e das quais destacamos os projectos relativos ao SUDOE.

As redes permitem legitimar alguns projectos, trazendo parceiros com experiência e *know-how* para a tomada de decisão e implementação de projectos, que se pretendem inovadores.

Destacamos, ainda, outras parcerias em fase de candidatura como: 1) Espaço Atlântico; 2) Slow cities; 3) Heranças Islâmicas (colaboração de longa data com Marraquexe); 4) Haerentia; 5) Rebuild+10; 6) Raíces; 7) Medcom In Loco.

SINOPSE DE ENTREVISTA N.º B

Parceiro: Município de Peniche

Data: 23.05.2008

1. Quais são os principais problemas do território em que a organização que representa está implantada?

Economia

O Município de Peniche está atento àquilo que são as dinâmicas regionais, nacionais e internacionais de desenvolvimento. Tem presente que entraram na cena internacional países como a China e a Índia, com produtos de baixo valor acrescentado que foram até há bem pouco tempo aposta do nosso país.

Se Peniche quer ser competitivo tem que apostar em novos produtos com elevado valor acrescentado, especializando-se e apresentando uma capacidade de inovação em produtos que esses países não conseguem fazer ou não estão interessados (produtos difíceis de deslocalizar). A ideia de experimentar novas soluções parece-nos bem.

A ideia é apostar no mar e na agricultura mas com outro enfoque, mais especializado e potenciar o posicionamento do concelho numa perspectiva internacional.

Política

A questão da descentralização de competências é aquela que me lembro. Todos os municípios estão a receber novas competências, com muito pouco recursos. Os níveis de autonomia para decidirmos coisas em determinadas áreas são maiores (e de algumas instituições também), o que é bom, pois somos nós que conhecemos as pessoas e os seus problemas. No entanto, não é possível às câmaras aceitar tantas competências, pois não têm capacidade de resposta. Só subcontratando.

Também se fala da crise política, de as pessoas não acreditarem nas soluções e nos próprios políticos. Pois, nós achamos que é preciso trazer as pessoas e as

organizações a participar mais na vida do município de Peniche, não é por acaso que na elaboração da Magna Carta fizemos muitos encontros da população para estimular a sua participação e para tornar o processo mais negociado e transparente. O problema é que as pessoas também não aparecem muito.

Politicamente, as redes e parcerias são o caminho.

Sociedade

Temos uma preocupação, como todo o país, com as questões do desemprego (especialmente na população jovem) e pensamos que a rede ECOS, com a especialização do território e a implantação de empresas na área das energias renováveis, pode ser uma oportunidade de criar emprego aqui no concelho, ou em zonas próximas. Depois temos a questão da migração de pessoas para o concelho, facilitada pelas acessibilidades e também pela qualidade de vida no concelho (acho eu). Isto não é evidentemente um problema, mas gera desafios de aumento de capacidade de resposta da câmara e dos parceiros desta e outras redes e parcerias.

2. Em que medida é que a rede ECOS poderá contribuir para a solução/minimização desses problemas? E quais são os principais desígnios desta rede?

No Plano Estratégico que está a ser concebido existe um tronco comum para todos os Municípios, com projectos comuns. Depois, existe uma parte de especialização, com os projectos de cada Município. Este plano estratégico está desenhado à luz de 5 vectores de desenvolvimento comuns aos Municípios de acordo com o anexo II da legislação: 1) Cidade I&D; 2) Cidades produtoras; 3) Cidades para os cidadãos; 4) Cidades internacionalizadas; 5) Cidades envolventes (participação pública).

Em cada um destes vectores, é possível enquadrar os problemas que atingem cada concelho ou região e pensar acções concretas nestas áreas.

A rede ECOS permite:

- Especializar os Municípios em matéria de energia e construção sustentável;
- Tornar os territórios mais atractivos para investidores e investigadores;

- Criar *clusters* na área das energias;
- Facilitar a especialização e internacionalização dos territórios;
- Ganhar escala.

A Rede ECOS tem um tema que está na agenda política nacional e internacional, o que por si só valoriza muito o projecto. É inovadora ainda no sentido de integrar Municípios de diferentes NUT2, pois trata-se de uma parceria de descontinuidade territorial.

3. Na sua perspectiva, e tendo em conta o facto de ter sido um conjunto de municípios o motor de constituição desta parceria, que tipo de papel é que o poder local deve ter no desenvolvimento do território?

Os municípios portugueses, e Peniche em concreto, encontram vários desafios no actual contexto:

- a. Crescente complexidade das questões a quem têm que dar resposta, nomeadamente de questões técnicas;
- b. Ainda não existe dimensão técnica, ao nível de recursos humanos, para dar resposta às novas solicitações;
- c. Pouca massa crítica (por exemplo, o quadro de pessoal da Câmara Municipal de Peniche tem cerca de 10% de técnicos. A tendência é para aumentar);
- d. Recorre-se ao *outsourcing* de alguns serviços (ex: limpeza, obras ...) e ao apoio financeiro (através de subsídios) de organizações que promovem determinados valores importantes para os municípios (desporto e cultura, por exemplo).

Os Municípios estão a assumir grandes responsabilidades (descentralização) ao nível da definição de estratégias locais e regionais, não deixando de assumir a gestão corrente do território, ou seja, a realizar coisas e a prestar serviços aos munícipes. Esta questão é importante, porque o desafio é outro. Ou seja, deve continuar a construir equipamentos, manter os espaços públicos, cuidar da rede viária, mas também planear estrategicamente o território.

A Administração Central está a passar para os Municípios um conjunto de competências e responsabilidades porque é mais fácil assegurá-las desta forma, segundo uma perspectiva de subsidiariedade. Os Municípios estão mais perto das populações, conhecem melhor as suas necessidades, expectativas e recursos. O problema é que os meios não acompanham as competências que estão a ser transferidas. Vertigem neo-liberal do Estado. É preciso captar recursos que não estão nas câmaras municipais. E a rede ECOS é uma oportunidade de captação de recursos, através da cooperação com outras câmaras e outras organizações e da partilha de responsabilidades, neste caso, em matéria de energia e ambiente

Quando os Municípios tendem a cooperar entre si, há que não esquecer a importância das lideranças, ou seja, das pessoas que estão à frente dos processos. E neste sentido, não é de escamotear as proximidades afectivas (e não tanto geográficas) bem como o bom relacionamento entre presidentes de Câmara.

O poder de influência dos municípios é muito local ainda. Através das associações de municípios também existe alguma influência regional, mas não tanto quanto seria possível.

4. Tendo, ainda, em conta que a rede ECOS valoriza e busca parcerias com entidades privadas (as quais integram a própria rede), como encara a actuação das organizações não públicas nos processos de governança e desenvolvimento territorial? Que papel é que lhes está reservado?

- A sociedade civil é pouco pró-activa não investindo muito no pensar do desenvolvimento urbano;
- Tanto o sector privado como a sociedade civil entram tardiamente nos processos de desenvolvimento urbano, ou seja, estão essencialmente na fase de implementação dos projectos e menos na fase de concepção.

É muito complicado. No entanto, existe algum capital institucional pois muitas entidades nacionais têm representatividade local.

Em Peniche ainda existe um claro défice de dimensão das instituições, de capital humano e de liderança.

5. A rede ECOS surge no âmbito de uma candidatura ao instrumento de política Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, promovido pela DGOTDU, um organismo estatal e enquadra-se na Política de Cidades, Polis XXI. Neste contexto, qual considera que deve ser a actuação do estado em matéria de desenvolvimento local e regional?

A Administração Central é o estratega, o orientador, é a estrutura que deve pensar, de forma coerente e coesa, o desenvolvimento de cada região do país, promovendo e realizando um planeamento estratégico do território como um todo e de âmbito nacional (preferencialmente). É a Administração Central que deve definir as políticas e deixar aos Municípios o trabalho de terreno, mais operativo. Deve, no entanto, dar margem de manobra aos Municípios não impondo, mas negociando, estimulando e apoiando com financiamento e programas as iniciativas locais e regionais. A perspectiva de contratualização que agora está tão em voga, e a rede ECOS é um exemplo disso, é um bom exemplo de como o estado pode descentralizar responsabilidades e acções e promover o desenvolvimento territorial.

No entanto existem vários obstáculos que deve ultrapassar, de forma a ser possível tornar a sua missão mais eficaz:

- a. Desarticulação inter-governamental. O litoral do país é terrível em termos de desarticulação na medida em que existe um número excessivo de entidades com poderes e jurisdição sobre o território.

Veja-se o exemplo em Peniche: o Instituto do Desporto de Portugal tem pensado para o concelho um Centro de Alto Rendimento na área do surf mas a CCDRLVT e o ICNB não estão em sintonia com o IDP em relação à localização destes equipamentos perto das praias; a Secretaria de Estado dos transportes está preocupada com a possibilidade de o Porto de Peniche poder vir a ser estratégico no transporte de mercadorias; e a Secretaria de Estado do Turismo considera estratégico para a mesma zona a construção de uma Marina.

No caso da energia das ondas, a situação também é complexa, pois é preciso muitos pareceres de diferentes entidades devido às muitas

condicionantes existentes sobre o litoral (ex: Rede Natura 2000, Reserva Natural Nacional, Domínio Público Marítimo, etc.)

- b. Burocracia nos procedimentos e *timings* condicionadores do investimento e desenvolvimento.

6. No caso concreto da organização que representa, quais foram as principais motivações que estiveram na base da decisão de integrar esta rede urbana?

Peniche foi convidado através de carta do senhor Presidente da Câmara Municipal de Moura dirigida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Peniche.

O Convite referia não só as características e condições naturais de Peniche para a produção de energia a partir de fontes renováveis como também algumas das experiências que o município já vinha desenvolvendo e que eram consideradas importantes neste domínio.

O Município de Peniche já tinha projectos na área das energias. A Rede ECOS foi a possibilidade de amadurecer alguns dos projectos/ideias que já existiam, tais como:

- Biocombustíveis a partir das algas;
- Energia das ondas;
- Eólica *offshore*;
- Construção sustentável de equipamentos municipais;
- Berlengas - Laboratório de sustentabilidade;
- Parque/ centro de investigação orientado para os recursos do mar.

A rede ECOS também se enquadra, ou melhor, contribui para a concretização do Plano Estratégico do Concelho de Peniche - MAGNA CARTA PENICHE 2025. Este plano, construído à luz de 5 cenários de evolução futura do concelho, aponta claramente para a aposta em actividades inovadoras ligadas ao mar que passem não só pela pesca e o turismo (mas também). O documento contempla questões associadas à sustentabilidade energética, mas tudo isto tem que ser em parceria com os privados, pois não é missão da câmara concretizar trabalho a este nível. Não tem recursos, conhecimento e não é sua missão. Neste momento, existem muitos privados interessados em colaborar ao nível da energia, porque para eles isto

representa novos nichos de mercado (oportunidades de negócio) e para nós pode ser interessante em termos de imagem do concelho, reconhecimento nacional e internacional, e de criação de emprego.

A rede ECOS também é importante na medida em que:

- Obriga a sistematizar ideias que o Município já tinha e que estavam, de alguma forma, dispersas;
- Potencia uma visão mais global dos projectos que estão pensados/em curso;
- Potencia e estimula um trabalho mais coordenado e negociado;
- Ajuda a tomar decisões sobre o concelho em matéria ambiental e de energias (mas não só) e legitima algumas coisas que já tínhamos pensado, legítima do ponto de vista técnica (sustenta tecnicamente);
- Contribui com conhecimentos e ensinamentos para o Plano Estratégico do concelho, pois aumentamos o n.º de pessoas com as quais trabalhamos directamente (rede de contactos) ou podemos vir a trabalhar;
- É um mecanismo de partilha de informação entre os Municípios, e nesse sentido constitui uma mais valia para Peniche. Também permite qualificar os técnicos nestas áreas e melhorar o desempenho da câmara municipal em matéria ambiental;
- A Rede ECOS é um processo de aprendizagem contínua (sobre o tema em concreto, mas também sobre a forma de trabalhar em rede).

O facto de existir financiamento, motivou os Municípios a participar neste Rede. Caso na próxima fase o Plano Estratégico não seja aprovado, existe potencial para continuar e aprofundar o relacionamento entre os Municípios. Mas concretizar a estratégia que está a ser delineada não será possível. Ou seja, os projectos que já estão em curso em cada Município irão continuar à partida, mas não existe capacidade financeira para dar corpo ao Plano Estratégico da Rede ECOS - o projecto é uma oportunidade de acesso a fundos comunitários.

7. No que se refere à sua organização, quais são os projectos âncora que se enquadram na rede ECOS?

Parque/ centro de investigação orientado para os recursos do mar, onde se pode testar e experimentar novos tipos de mecanismos em matéria de energias renováveis

ligadas ao mar. Esta questão dos recursos hídricos representa uma das áreas em que Peniche se quer especializar.

O Município de Peniche é responsável pelo “*Benchmarking* e internacionalização”. Tendo em conta os interesses e expectativas de cada Município parceiro, Peniche pensa as actividades que se enquadram sob a sua alçada. Já foi visitado o *cluster* eólico de Viana do Castelo e a Exposolar fotovoltaico e está pensada uma visita ao *European Marine Energy Centre* (Escócia) e ao ECN em Petten, na Holanda.

8. Qual a experiência da sua organização em matéria de parcerias inter-organizacionais?

O Município tem uma Rede Social (Conselho Local de Acção Social), uma Comissão de Trânsito, um Conselho Municipal de Educação, uma CPCJ e um Conselho Municipal de Segurança. Isto do ponto de vista interno ao concelho.

Do ponto de vista regional e nacional, o município faz parte da Associação de Municípios do Oeste e da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Faz parte do Grupo de Trabalho de Municípios com actividade piscatória e com portos.

É sócio da Leader Oeste e da ADEPE (Associação para o Desenvolvimento de Peniche).

Ao nível internacional faz parte da Associação Europeia de Localidade com Marinas e Portos de Recreio e apresentou candidatura ao *URBACT II* da Comissão Europeia juntamente com Itália e Grécia. Pretende, igualmente, vir a fazer parte das Cidades do Arco Atlântico.

SINOPSE DE ENTREVISTA N.º C

Parceiro: Município de Serpa

Data: 04.06.2008

QUESTÕES SOBRE O PROJECTO

1. Quais são os principais problemas do território em que a organização que representa está implantada?

Economia

A globalização coloca desafios a qualquer território em matéria de internacionalização e posicionamento no mercado global. Para o Alentejo este desafio é de resolução complexa, na medida em que apresenta um fraco dinamismo económico. Serpa e a região têm que encontrar um rumo de especialização, apresentando novos produtos que façam a diferença. Para o efeito não é de escamotear a necessidade de incrementar a capacidade inovativa e de experimentação das empresas e das pessoas.

Política

Os municípios e o próprio estado, através das suas situações vive uma situação de crise de credibilidade. Tal situação só pode ser colmatada com uma aposta na participação das pessoas e dos agentes locais, na transparência dos processos e procedimentos e numa maior legitimidade das decisões que tomam.

É preciso estar mais próximo das pessoas, e aí a questão da descentralização de competências e a lógica da subsidiariedade são incontornáveis, tal como o é uma maior autonomia de todos os intervenientes no processo político e de gestão territorial.

Sociedade

Serpa e o Alentejo enfrentam uma forte situação de desertificação, envelhecimento populacional e desemprego (fruto de parca capacidade de atracção dos territórios).

2. Em que medida é que a rede ECOS poderá contribuir para a solução/minimização desses problemas? E quais são os principais desígnios desta rede?

Serpa e a região tem que apostar na inovação e especializar-se, com novos produtos e serviços. Tem que conseguir fixar população, posicionar-se e ser mais apelativa para os jovens e empresários. Não nos podemos esquecer duma questão estratégica fundamental que é o emprego (e a deslocalização de emprego para os países de leste). E o mercado é global. Serpa tem que se afirmar, posicionar-se. Este projecto é importante também a este nível com a possibilidade de internacionalização dos territórios.

A Rede ECOS tem objectivos muito contemporâneos. Trata-se de uma abordagem muito técnica.

Os políticos ainda têm pouco à vontade para trabalhar numa lógica de complementaridade.

Troca de conhecimentos, estimulada pela própria Comissão Europeia. Nada melhor do que o contacto com outras realidades diferentes para crescer do ponto de vista profissional e organizacional.

A Rede ECOS apresenta também um tema muito interessante, pois não poderia ser mais actual tendo em conta a conjuntura internacional. Esta questão é importante porque permite que Serpa conheça e aprenda com outras realidades.

3. Na sua perspectiva, e tendo em conta o facto de ter sido um conjunto de municípios o motor de constituição desta parceria, que tipo de papel é que o poder local deve ter no desenvolvimento do território?

Favorável a uma lógica de contratualização com a Administração Central, o que coloca desafios concretos aos municípios ao nível da priorização das suas intervenções e daquilo que é realmente necessário contratualizar, negociando.

Possibilidades de financiamentos, tendo em conta que quer a União Europeia quer o próprio estado português colocam como critérios para a atribuição de financiamentos a existência de parcerias.

Com a transferência de competências para as autarquias e a maior autonomia política das câmaras é necessário estabelecer parcerias, segundo uma lógica de passar para as entidades que sabem e conhecem os problemas a resolução dos mesmos (subsidiariedade).

De um modo geral existe ainda muita falta de estratégia nos municípios portugueses.

Há diferenças de ritmo entre as diversas Câmaras Municipais e entre estas e o privado.

As Câmaras Municipais têm dinâmicas inferiores à da Administração Central, o que se prende com: 1) atitude cultural; 2) pouca dinâmica na busca de conhecimento; 3) pouca informação.

Pode ser interessante a questão da regionalização, de forma a suplantar alguns dos principais constrangimentos das autarquias e dar uma melhor resposta aos desafios.

Vivemos num mundo global, e a cooperação com Espanha é incontornável. No entanto, a nossa divisão administrativa e política do território não é facilitadora desta cooperação, pois não negociamos ao mesmo nível.

Existe uma falta de maturidade dos políticos e dos técnicos ao nível da definição do desenvolvimento dos territórios.

Quando se é político regra geral atrofia-se a liberdade de pensamento, fruto das dinâmicas das próprias máquinas partidárias.

As Câmaras Municipais devem definir a estratégia local. As Câmaras devem ter uma visão estratégica, de inovação e criatividade, uma visão que diferencie o seu território. É isto que faz a diferença. Têm que deixar de ser, como é aqui no

Alentejo, o principal empregador da região e promover o emprego no sector privado.

As Câmaras devem partilhar as responsabilidades e actividades com os parceiros que estão no terreno, e também convidá-los quando se tomam decisões estratégicas. É importante aprender a negociar e cooperar com eles (descentralizar). E os subsídios que se atribuem devem ser feito segundo critérios bem definidos.

As Câmaras são cada vez mais quem planeia, segundo uma perspectiva de coesão territorial (local e regional).

As Câmaras não podem esquecer que para além do planeamento, também devem realizar obra e acções concretas.

A influência dos municípios é sobretudo local, mas pode ir até ao nível regional com as Associações de Municípios.

4. Tendo, ainda, em conta que a rede ECOS valoriza e busca parcerias com entidades privadas (as quais integram a própria rede), como encara a actuação das organizações não públicas nos processos de governança e desenvolvimento territorial? Que papel é que lhes está reservado?

O capital institucional no concelho de Serpa é muito débil. Os recursos institucionais são muito frágeis. É preciso captar entidades externas ao concelho para este e outros projectos

Ao nível da própria população, esta está muito envelhecida, com níveis elevados de analfabetismo e iliteracia. Também os mais jovens denotam uma grande falta de cultura de cidadania e são afectados pelo fenómeno do desemprego ou do emprego desqualificado.

O poder político não tem que ter receio do privado. Aliás, existem muitos exemplos interessantes, mesmo antes do 25 de Abril, de empresários preocupados com o bem-estar das comunidades em que estavam inseridos. O poder político tem é que ter muito bem definido o que é que pretende desta cooperação com o privado.

Os privados devem perceber que existe qualidade na estratégia, que esta é uma mais valia para o seu crescimento organizacional.

Os interesses dos privados são essencialmente:

- Económicos;
- O público como veículo de conhecimento;
- Políticos como ponte de ligação mais facilitadora;
- Acesso aos incentivos.

No entanto, nós temos um problema de escala. Tudo é pensado numa dimensão muito pequena, não existe visão estratégica por parte do privado.

O privado deve dar respostas ao nível do emprego e deixarem de ser as Câmaras Municipais as principais entidades empregadoras.

5. A rede ECOS surge no âmbito de uma candidatura ao instrumento de política Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, promovido pela DGOTDU, um organismo estatal e enquadra-se na Política de Cidades, Polis XXI. Neste contexto, qual considera que deve ser a actuação do estado em matéria de desenvolvimento local e regional?

Há também grandes diferenças territoriais no país. A Administração Central deve ser capaz de minimizar estas clivagens nacionais, com políticas que estimulem a complementaridade entre os territórios e integrem os territórios mais desfavorecidos/deprimidos (coesão).

Mas é preciso ter em atenção a forma como age, nomeadamente em termos de planeamento. O PNPOT é de louvar, assim como o Plano Estratégico Nacional do Turismo, mas já o PROT Alentejo é muito limitado, cortando as dinâmicas da região. Na elaboração do PROT não foram tidas em consideração as orientações políticas dos Municípios nem foram enquadradas as críticas produzidas. Não ajuda a crescer o Baixo Alentejo.

Outra questão problemática prende-se com as competências dos diferentes departamentos da Administração Central, não raras vezes sobrepostas ou conflitantes. Veja-se o exemplo dos castelos que ninguém sabe de quem são propriedade.

Nalgumas áreas específicas, como a saúde, a educação, a justiça, a administração interna, o Estado tem que ser interventor. Tem que ter estas responsabilidades e legislar.

Noutras áreas, o estado deve ser o estratega, que pensa a estratégia, planeia e dialoga, segundo uma lógica de complementaridade nacional, descentralização e contratualização.

Mais uma vez a questão da regionalização, enquanto mecanismo de promoção da complementaridade que as CCDR não conseguem assegurar.

A intervenção do estado noutras áreas deve passar muito pelo apoio, e muitas vezes pelo apoio financeiro.

A influência territorial do estado é sobretudo nacional.

6. No caso concreto da organização que representa, quais foram as principais motivações que estiveram na base da decisão de integrar esta rede urbana?

- A complementaridade da intervenção em termos territoriais.
- A troca de conhecimentos e de experiências, segundo uma lógica de *benchmarking* entre os municípios parceiros da rede e os demais parceiros e outros territórios. É vantajoso o facto de estarem em causa realidades e economias distintas, pois ajuda a comparar e a melhorar o trabalho;
- O facto de ajudar a crescer profissionalmente os técnicos envolvidos (qualificação profissional);
- Ultrapassar as inércias da administração local;
- Alargar a rede de contactos;
- Reconhecimento externo do trabalho desenvolvido;

- Possibilidade de criar outras oportunidades de negócio para os empresários do Alentejo, através das energias renováveis e da construção sustentável.

7. No que se refere à sua organização, quais são os projectos âncora que se enquadram na rede ECOS?

Serpa pretende especializa-se em vários domínios, entre os quais aqueles que estão subjacentes aos seguintes projectos âncora:

- Laboratório de Construção Sustentável Da Terra (investigação);
- *Cluster* de construção civil e energias sustentáveis, de forma a estimular a criação de micro e pequenas empresas nesta área;
- Eco-vila de Santa Iria (loteamento com taipa auto-sustentável);
- Eco-quartier no centro histórico de Serpa (protótipo territorial de recuperação do sistema construtivo com novas tecnologias e materiais sustentáveis).

8. Qual a experiência da sua organização em matéria de parcerias inter-organizacionais?

As redes e parcerias são o caminho, o futuro do desenvolvimento local e regional.

Serpa tem Rede Social, os conselhos municipais de educação e segurança e tem uma experiência de parcerias internacionais ao nível do URBAL (em 1997 que não vingou), da Village Terraneo (no final da década de 90) e da Rede de Cultura (que está em fase de candidatura). Estas parcerias estimulam a participação das pessoas, ajudam a tornar os processos políticos mais transparentes e legitimam de alguma forma as medidas que se tomam. Não é por acaso que a crise do sistema democrático acontece simultaneamente com o aparecimento destas parcerias. É uma forma de legitimação.

SINOPSE DE ENTREVISTA N.º D

Parceiro: Município de Beja

Data: 23.05.2008

1. Quais são os principais problemas do território em que a organização que representa está implantada?

Economia

Falta de emprego, fruto da pouca atractividade do concelho em termos de actividades económicas.

Política

Politicamente existe um problema de capital político, que é fraco, pois Beja (e os concelhos da região) não são atractivos do ponto de vista político, não têm grande visibilidade donde quem quer fazer carreira política não pretende passar por aqui. É difícil encontrar novos políticos - sangue novo - nesta região. E era preciso, para tornar a política mais transparente e com novas ideias e formas de trabalhar. Era preciso mobilizar mais as pessoas a participarem na vida do município. Talvez assim não se falasse tanto na crise do sistema político, e não se pusesse tanto em causa a legitimidade das pessoas.

Outro problema prende-se com a transferência de competências em catadupa para os municípios, e a pouca capacidade que estes têm para fazer face a estas novas exigências. Até politicamente, existe pouca capacidade de negociação a este nível. A lógica da subsidiariedade ... até concordo com ela, mas quando não há recursos é muito difícil avançar.

Sociedade

Beja tem problemas sociais muito sérios, assim como grande parte dos concelhos alentejanos, especialmente do interior alentejano. Em primeiro lugar não tem grande capacidade para fixar população. Os jovens do concelho e até do distrito partem para zonas onde haja emprego e oferta habitacional. Beja tem dificuldades ao nível da criação de emprego e de emprego que seja qualificado. E é certo que o principal

mecanismo de fixação de população é, de facto, o potencial de empregabilidade dos territórios. Decorrente deste fenómeno, verifica-se um sério envelhecimento da população.

2. Em que medida é que a rede ECOS poderá contribuir para a solução/minimização desses problemas? E quais são os principais desígnios desta rede?

A rede ECOS é essencialmente uma plataforma de diálogo e de troca de conhecimentos no domínio energético e da construção sustentável ao nível intermunicipal.

Integrado neste desígnio, a Rede ECOS irá elaborar um Plano Estratégico de Intervenção a quatro anos para os municípios que a integram. Este plano permite experimentar novas soluções nas áreas da rede, segundo uma perspectiva de inovação; permite que os concelhos se especializem (e os concelhos alentejanos envolvidos querem essa especialização) de forma a serem mais competitivos no mercado ibérico e a fazer face à actual perda de população e envelhecimento da que ficou. Se estes municípios forem mais atractivos, conseguiram fixar emprego (coisa que não acontece), qualificar o tecido empresarial da região e, por essa via fazer face a problemas sociais gravíssimos associados ao envelhecimento e perda de população.

3. Na sua perspectiva, e tendo em conta o facto de ter sido um conjunto de municípios o motor de constituição desta parceria, que tipo de papel é que o poder local deve ter no desenvolvimento do território?

Os Municípios devem assumir uma série de responsabilidades que ainda estão na Administração Central, e deve reforçar outras nomeadamente ao nível do planeamento local e regional, de forma a conseguir fazer face às transferências de competências com qualidade (descentralização). Mas não se trata apenas de planeamento estratégico como o PDM, por exemplo. Deve começar a planear mais e melhor as suas intervenções concretas, que deve manter e reforçar (prestação de serviços à população e obra) e definir critérios de apoio à comunidade e às instituições locais (melhorar a forma como se atribuem subsídios e outros apoios financeiros).

Existe um desafio concreto que se prende com as questões da internacionalização, nomeadamente Espanha. Portugal não tem o mesmo tipo de estrutura administrativa, ou seja, existe uma falha ao nível regional. Quando se procura desenvolver projectos em parceria, nós não temos os mesmos equivalentes políticos de um lado e do outro da fronteira.

4. Tendo, ainda, em conta que a rede ECOS valoriza e busca parcerias com entidades privadas (as quais integram a própria rede), como encara a actuação das organizações não públicas nos processos de governança e desenvolvimento territorial? Que papel é que lhes está reservado?

São essencialmente motivações económicas, ou seja, o privado procura participar em projectos que lhes tragam uma mais valia económica. É claro que podem existir outras motivações, como por exemplo o de marcar/influenciar a agenda política ou o de obter mais notoriedade. Mas estas são questões acessórias que concorrem para a questão principal, que tem a ver com a obtenção de lucro e o aumentar as oportunidades de negócio.

O capital institucional de Beja existe, haverá no entanto que promover o seu desenvolvimento. O Município de Beja tem um empresariado muito débil. Em termos genéricos, o capital institucional do concelho é fraco. Mas não podemos esquecer o capital político, que é também ele fraco, pois Beja (e os concelhos da região) não são atractivos do ponto de vista político, não têm grande visibilidade donde quem quer fazer carreira política não pretende passar por aqui.

5. A rede ECOS surge no âmbito de uma candidatura ao instrumento de política Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, promovido pela DGOTDU, um organismo estatal e enquadra-se na Política de Cidades, Polis XXI. Neste contexto, qual considera que deve ser a actuação do estado em matéria de desenvolvimento local e regional?

Portugal não tem uma cultura de trabalho em rede e em equipa. Compete à Administração Central traçar as vertentes estratégicas do desenvolvimento e estimular a difusão do conhecimento e do trabalho em rede, se necessário por via de financiamento.

A Administração Central deve criar as condições e indicar o caminho numa perspectiva de coesão entre as regiões. Há questões que devem ser pensadas (planeadas) a nível central. Portanto, a Administração Central deve planear, legislar e deixa a operacionalização para os territórios e para as instituições que conhecem realmente as coisas.

No entanto, para que a Administração Central assuma este papel, há que:

- a. Reduzir o seu peso, a sua dimensão;
- b. Diminui a sua intervenção concreta e passá-la para níveis locais e regionais (descentralização e focalização no nível nacional);
- c. Qualificar os seus recursos humanos.

6. No caso concreto da organização que representa, quais foram as principais motivações que estiveram na base da decisão de integrar esta rede urbana?

A capacidade financeira do Município e do próprio privado é fraca. Não nos podemos esquecer das imposições legais ao endividamento das autarquias a propósito do défice público.

O conhecimento profundo que existe na Câmara Municipal ao nível da reabilitação e preservação de edifícios (especialização) constituiu uma motivação para participar na rede ECOS, nomeadamente na área da construção sustentável. O Município de Beja foi o primeiro do país a dispor de um Plano de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Beja e a participação rede ECOS traduz o reconhecimento deste trabalho. A rede permite partilhar este conhecimento e alargá-lo, numa lógica de aprendizagem conjunta com outras organizações com as quais não trabalhávamos (alargamento da rede de contactos).

Beja aderiu, também, porque a questão da construção sustentável está ligada a questões de identidade cultural do concelho (construção em terra) e porque há um núcleo de concelho limítrofes com os quais já temos experiência de trabalho (proximidade territorial), numa perspectiva de continuidade territorial

Os objectivos do Município de Beja prendem-se com a obtenção de mais informação e conhecimento especializado em matéria energética bem como a possibilidade que a Rede ECOS terá de obter financiamento para determinados projectos que de outra forma seria complicado concretizar, tendo em conta o parco orçamento municipal.

7. No que se refere à sua organização, quais são os projectos âncora que se enquadram na rede ECOS?

Existe uma política de investimentos estratégicos, dos quais se destaca o empreendimento do Alqueva e o aeroporto de Beja, que contempla a questão ambiental e da competitividade territorial. Esta política tem enquadramento no âmbito da revisão do Plano Director Municipal que está actualmente em curso.

O Município de Beja tem como projecto âncora o apoio ao Centro de Estudos de Biotecnologia do Alentejo e Alentejo Litoral para a criação de uma unidade de produção de energia eléctrica a partir da biomassa. Paralelamente, existem outros projectos que podem ser interessantes referir no âmbito do tema da Rede ECOS, nomeadamente: 1) a remodelação do edifício municipal do Departamento Técnico de forma a torná-lo sustentável do ponto de vista energético; 2) o fundo de apoio à instalação de energias renováveis nos edifícios privados; 3) o de refocalizar as áreas de negócio das empresas locais para a temática das energias renováveis (capacitá-las e dotá-las de conhecimento tecnológicos), tendo em conta que esta é uma área de futuro.

8. Qual a experiência da sua organização em matéria de parcerias inter-organizacionais?

O município tem vindo a participar em redes mas até agora muito focadas na área social e na área da reabilitação urbana nomeadamente ao nível dos Centros Históricos.

SINOPSE DE ENTREVISTA N.º E

Parceiro: Município de Moura

Data: 20.05.2008

1. Quais são os principais problemas do território em que a organização que representa está implantada?

Economia

Dificuldade de posicionamento no mercado global e de captação de investimento externo na região do Alentejo.

Política

Ao nível político existe o problema, ou melhor, o desafio da transferência de competências e responsabilidades para os municípios, tendo por base uma lógica de proximidade aos cidadãos e de autonomização dos municípios no que diz respeito à liberdade para planear o desenvolvimento do território. Existe também a questão de algum descontentamento da população com o sistema político, que está em crise, exigindo-se mais transparência e novos mecanismos de participação.

Sociedade

Existe um claro problema de desemprego, por via da deslocalização e da falta de atractividade do território, e de emprego desqualificado. Este problema, coloca um outro que se prende com o êxodo populacional e com o conseqüente envelhecimento da população.

2. Em que medida é que a rede ECOS poderá contribuir para a solução/minimização desses problemas? E quais são os principais desígnios desta rede?

Promover o crescimento das cidades envolvidas, pelas vias da competitividade e inovação. O Ecos pretende, acima de tudo, potenciar investimentos nos sectores da energia e construção sustentável se possível pela identificação de projectos de investimento com impactes sensíveis ao nível da criação de emprego em sectores pouco sensíveis à globalização e de difícil deslocalização (empregos altamente

qualificados). Para atingir esses objectivos, no decurso do ECOS pretende-se estabelecer parcerias entre diferentes entidades, as quais serão rubricadas por via de compromissos escritos denominados Memorandos de Entendimento (MEMOS) e que irão identificar: o nome da acção a desenvolver, o montante de investimento a considerar por cada uma das partes envolvidas, o número de empregos a criar e o horizonte temporal de implementação.

A rede ECOS é um exemplo de selecção estratégica de áreas da economia onde o país e os territórios envolvidos podem competir.

3. Na sua perspectiva, e tendo em conta o facto de ter sido um conjunto de municípios o motor de constituição desta parceria, que tipo de papel é que o poder local deve ter no desenvolvimento do território?

Em Portugal não existem verdadeiras cidades no que respeita a dimensão: são todas (com alguma benevolência...) cidades de média dimensão. Excluindo Lisboa e a Área Metropolitana do Porto, o que temos são pequenas cidades muito afastadas dos grandes eixos europeus de desenvolvimento e crescimento. Ultrapassar essa dificuldade e conseguir colocar as cidades portuguesas no mapa europeu, é a principal dificuldade (internacionalização).

Aos municípios cabe tentar fazer face a este problema, afirmando cada vez mais a sua influência local e regional, e aproveitando as oportunidades de estabelecer parcerias entre si, de forma a ganhar poder negocial noutros patamares territoriais. A cooperação intermunicipal, mas também com outras organizações com alguma dimensão, é, neste sentido, importante.

Para o efeito, é fundamental que os municípios cooperem, planeiem e partilhem responsabilidades entre si e com entidades da sociedade civil e as empresas. Só assim será possível fazer face à descentralização de competências do estado e aos desafios colocados pela União Europeia e contribuir para um maior coesão regional. A par desta realidade, claro que os municípios devem ser capazes de continuar a assegurar os serviços que prestam, a realizar actividades e projectos benéficos para a população e a apoiar as organizações. Os municípios devem também reconhecer que

os cidadãos sentem a necessidade de participar no sistema político, mas através de outros mecanismos, que não os formais.

4. Tendo, ainda, em conta que a rede ECOS valoriza e busca parcerias com entidades privadas (as quais integram a própria rede), como encara a actuação das organizações não públicas nos processos de governança e desenvolvimento territorial? Que papel é que lhes está reservado?

Sobretudo motivações de lucro com partilha de riscos. “Oferecem dinheiro ao estado” que este não dispõe no curto-prazo e, em contrapartida, recebem um lucro aceitável conjuntamente com uma diminuição do risco associado ao investimento. Nem o estado quer deixar de fazer obra, por não ter dinheiro, nem os privados querem investir dinheiro sem ter garantias de retorno e de uma almofada no que respeita ao “risco”.

Existem imensos recursos humanos, financeiros, etc., bem como bastante experiência, para implementar o desenvolvimento urbano de forma participada.

5. A rede ECOS surge no âmbito de uma candidatura ao instrumento de política Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, promovido pela DGOTDU, um organismo estatal e enquadra-se na Política de Cidades, Polis XXI. Neste contexto, qual considera que deve ser a actuação do estado em matéria de desenvolvimento local e regional?

O de planear e coordenar os grandes desígnios comuns (coesão territorial): as alterações climáticas, onde as cidades são uma parte essencial, se não a principal, na resolução do problema. Penso que, basicamente, é esse o papel que está reservado ao estado.

No caso específico do ECOS, o grande interesse é as cidades envolvidas tornarem-se competitivas. Esse processo deixará de pertencer, em certa medida, à administração central, e passará para as mãos das cidades (descentralização com forte aposta na contratualização entre estado e poder local e ainda outras entidades como as empresas). A União Europeia assenta muito da sua política de desenvolvimento em torno do potencial das regiões e, muito recentemente, em torno das capacidades das cidades em si mesmo - seu grau de atracção para as pessoas, para

criar emprego, para contribuir para os grandes desígnios europeus (como as metas para 2020 na área das alterações climáticas / redução do CO2, etc.)

O estado deve manter as suas funções básicas/nucleares como a administração interna, defesa e justiça, legislando, prestando os serviços necessários, construindo os equipamentos e assegurando os recursos necessários. Se for necessário financiar terceiros para manter este nível de resposta, é uma opção.

O nível de influência do estado deve ser essencialmente nacional, mas é importante que se mantenha presente, de alguma forma, no desenvolvimento das grandes regiões do país. A nível local, deverão ser as câmaras e os seus parceiros a intervir e planear.

6. No caso concreto da organização que representa, quais foram as principais motivações que estiveram na base da decisão de integrar esta rede urbana?

Possibilidade de negociar novas empresas para o espaço do tecnopólo em áreas diversificadas (indústria, investigação, etc.).

Moura pretende aumentar a empregabilidade do concelho em áreas inovadoras, o que espera vir a conseguir com o projecto.

No caso específico de Moura, o grande objectivo é dar consistência a uma estratégia de crescimento da cidade dando dimensão crítica ao seu Tecnopólo. Este tecnopólo, criado em 2008 e já com uma empresa de gestão e dinamização (lógica EM) deverá integrar, num horizonte de quatro anos, um máximo de empresas ligadas aos sectores da indústria, comércio, serviços e investigação. Em si mesmo, o Tecnopólo deverá ter uma forte dinâmica no que respeita à empregabilidade dos jovens do concelho, à capacidade de inovação segundo uma perspectiva de especialização, investigação e experimentação.

Moura entende que esta era oportunidade de acesso a fundos comunitários (QREN) que não poderia desperdiçar. É também uma oportunidade de ganhar poder negocial, de melhorar o trabalho a desenvolver no Tecnopólo, de qualificação das pessoas e das organizações que estão no território (inclusive o município) e de conseguir

algum reconhecimento por parte de outras câmaras municipais através do posicionamento num mercado que é global.

O facto de ser possível partilhar parceiros que as entidades da rede ECOS já tenha e com as quais trabalham, também é importante de forma alargar a rede de contactos do município e a favorecer um maior conhecimento (através da aprendizagem que se gera dentro da rede) sobre as matérias associadas ao ECOS. É importante, porque assim conseguimos uma maior legitimidade das nossas propostas técnicas, pois adquirimos mais know-how e tomamos melhores decisões (com mais conhecimento, nosso e vindo do exterior).

O ECOS é, ainda, interessante para Moura porque valoriza questões locais (identidade), nomeadamente os recursos naturais do concelho e permite trabalhar com concelhos territorialmente próximos e com outros, que não estando próximos neste sentido, têm interesses comuns aos de Moura.

7. No que se refere à sua organização, quais são os projectos âncora que se enquadram na rede ECOS?

Para as questões da energia há toda uma nova política que se tem centrado na promoção do crescimento por via da promoção do potencial do concelho em torno das energias renováveis. A ideia é não apenas ter centrais que produzem energia, mas também negociar investimentos industriais (e na área da ciência) em torno delas. A microgeração é uma área com franco potencial onde o município está a investir significativamente. Para apoiar esta política, o município negociou com entidades públicas e privadas a gestão de dois fundos no montante de 3.750.000€. Esses recursos irão ser investidos em áreas concretas (crescimento social e investigação). No que respeita à competitividade e inovação, espera-se que o Tecnopólo de Moura seja uma alavanca da cidade em termos internacionais. As empresas que aqui vierem a instalar-se terão de cumprir com determinados requisitos, o primeiro dos quais é que deverão inserir-se numa lógica de *cluster* (a energia e, mais especificamente, o fotovoltaico e o hidrogénio).

8. Qual a experiência da sua organização em matéria de parcerias inter-organizacionais?

Experiência de mais de uma década na participação ou coordenação de redes internacionais, quer como parceiro, quer como coordenador. INTERREG, MEDURBS, YOUTHSTART, etc, são algumas das iniciativas em que já esteve ou está envolvida.

Em termos de parcerias institucionais, esteve envolvida num “consórcio” informal que culminaria na construção da Central fotovoltaica de Moura. Nesse processo trabalhou com alguns dos principais *players* nacionais e internacionais, públicos e privados, com intervenção no sector.

Em termos internacionais, Moura está a terminar a negociação, com a EACI (Agência Europeia para a Inovação e Competitividade) uma rede com objectivos muito semelhantes à rede ECOS denominada SUNFLOWER. A rede integra 9 parceiros de 8 países distintos (municípios, Universidades e Parques Científicos e Tecnológicos).

SINOPSE DE ENTREVISTA F

Parceiro: Município de Torres Vedras

Data: 23.06.2008

1. Quais são os principais problemas do território em que a organização que representa está implantada?

Economia

Torres Vedras preocupa-se essencialmente com a questão do posicionamento do município no cenário internacional, posicionando-se e especializando-se em áreas económicas que sejam inovadoras e atraiam empresas para o concelho.

Sabemos que a competição entre cidades e outros territórios é imensa e que muitas vezes se traduz em fenómenos de deslocalização, para o leste europeu e para a Ásia. Torres Vedras não é assolado por esse fenómeno, mas é claro que é uma preocupação.

Política

O município está atento às novas exigências dos cidadãos e pretende, de uma forma pró-activa, fazer face à actual crise política, proporcionando sempre que possível momentos de participação da população na vida do município. Torres Vedras quer chamar a si as suas competências e desempenhá-las com qualidade e próximo das populações (subsidiariedade). Para isso precisa de autonomia e da colaboração das entidades que estão no terreno.

Sociedade

Pressão urbanística, fruto dos processos migratórios, que por sua vez são fruto de grande atractividade do concelho decorrente das boas acessibilidades. O desemprego, apesar de não ser muito grande, é um fenómeno que preocupa.

2. Em que medida é que a rede ECOS poderá contribuir para a solução/minimização desses problemas? E quais são os principais desígnios desta rede?

A rede ECOS permite mudar a situação, ou pelo menos contribuir para tal, desde que cumpra os seus principais objectivos e que são:

- a. Visibilidade dos territórios e das instituições;
- b. Internacionalização;
- c. Marketing territorial;
- d. Manter-se próximo do poder político autárquico, capitalizando os políticos para o projecto;
- e. Promove ciclos de conferências e debates sobre os temas das energias sustentáveis e da construção sustentável.

3. Na sua perspectiva, e tendo em conta o facto de ter sido um conjunto de municípios o motor de constituição desta parceria, que tipo de papel é que o poder local deve ter no desenvolvimento do território?

O papel dos municípios é determinante, é chave nos processos de desenvolvimento local. Os municípios devem ser capazes de gerir esse desenvolvimento com o envolvimento da sociedade (cooperação institucional).

Neste aspecto, Torres Vedras tem uma posição pró-activa, apostando numa relação de proximidade e partilha de responsabilidades com a população e com as instituições, e descentralizando algumas das suas actividades para o privado e para níveis ainda mais micro da administração.

O município tem a preocupação de promover momentos regulares de participação da sociedade civil, apesar de muitas vezes esta não corresponder às expectativas, nomeadamente ao nível dos processos de planeamento, que constituem uma das principais apostas do município.

Para além destas questões, há que manter a actividade regular da câmara, realizando as acções que são da sua competência e prestando os serviços habituais. Ao nível do apoio financeiro, ele continua a fazer sentido, desde que suportado por critérios rigorosos de atribuição de verbas.

O nível de influência dos municípios deve ser local, e focalizado numa coesão e harmonia entre as freguesias.

4. Tendo, ainda, em conta que a rede ECOS valoriza e busca parcerias com entidades privadas (as quais integram a própria rede), como encara a actuação das organizações não públicas nos processos de governança e desenvolvimento territorial? Que papel é que lhes está reservado?

O papel principal destas entidades é o de colaborar com a câmara, participando no planeamento, disponibilizando recursos e alertando para os problemas do território. São eles que podem ajudar o município a desenvolver acções cada vez mais adequadas às necessidades das pessoas.

5. A rede ECOS surge no âmbito de uma candidatura ao instrumento de política Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, promovido pela DGOTDU, um organismo estatal e enquadra-se na Política de Cidades, Polis XXI. Neste contexto, qual considera que deve ser a actuação do estado em matéria de desenvolvimento local e regional?

O estado deve desempenhar um papel de regulador, de pensador estratégico do desenvolvimento e da coesão nacional. Deve, igualmente, manter-se activo e operativo em determinadas áreas chave como a saúde ou a administração interna, realizando projectos, prestando serviços e apoiando financeiramente.

Nas demais áreas, seria importante que continuasse a passar competências para a administração local. Mas atenção, não pode ser como se está a passar na educação, primeira área forte desta descentralização, onde se transferem responsabilidades de gestão de edifícios perfeitamente degradados sem os necessários recursos para a sua recuperação e manutenção. Aqui pode afirmar-se que a descentralização é um presente envenenado para as autarquias.

O nível de influência do estado é preferencialmente nacional, mas também tem uma forte presença regional com as CCDR, as direcções regionais, etc.

6. No caso concreto da organização que representa, quais foram as principais motivações que estiveram na base da decisão de integrar esta rede urbana?

Em primeiro lugar a grande motivação é a de aprender com o exterior (*bechmarking*) e estabelecer parcerias com parceiros externos ao concelho que permitam a aquisição de conhecimento e alargar os contactos da câmara municipal. É importante que a rede ECOS contribua para melhorar a actuação da câmara nesta área do ambiente, das energias renováveis e da construção sustentável, por via da especialização e qualificação dos seus recursos humanos. Tendo em conta que esta é uma área nova na vida da câmara municipal, é também importante chamar entidades com know-how que apoiem a câmara na tomada de decisões sobre estas matérias.

Depois tem-se a questão do acesso a fundos comunitários que não pode ser relegada para segundo plano, especialmente nesta fase de contenção orçamental dos municípios, e de uma eventual oportunidade para criar nichos de negócio no concelho associados às energias limpas.

Por fim, a possibilidade de estabelecer um núcleo de proximidade territorial, com municípios do Oeste no seio da rede ECOS também constituiu uma motivação.

7. No que se refere à sua organização, quais são os projectos âncora que se enquadram na rede ECOS?

Pólo Tecnológico Integrado de Energias Renováveis.

8. Qual a experiência da sua organização em matéria de parcerias inter-organizacionais?

Torres Vedras tem uma experiência significativa em parcerias. Tem o Conselho Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Segurança e o Conselho local de Acção Social.

Tem, ainda, projectos de parceria internacionais, como é o caso do GREENMED onde tem uma parceria com o INETI e uma entidade grega, e do “Energia Inteligente Europa”, com parceiros da Alemanha, Áustria e Grécia.

SINOPSE DE ENTREVISTA G

Parceiro: COMOIPREL (Cooperativa Mourense de Interesse Público e Responsabilidade Limitada)

Data: 11.06.2008

1. Quais são os principais problemas do território em que a organização que representa está implantada?

Economia

O Alentejo não é competitivo, é um facto. No entanto, existem muitas instituições empenhadas em alterar a situação. Na parte da cooperativa estamos a fazer o que podemos em matéria de especialização da formação (o que permite sermos competitivos face a outras organizações do género e face ao próprio sistema regular de ensino) e de proporcionar oportunidades de experimentação de novos contextos e novas realidades aos nossos alunos.

Depois há outra questão que se prende com o facto de neste momento a competição internacional, com a China, a Índia e os países de Leste ser muito grande, o que tem conduzido à deslocalização de empresas do país e à consequente falta de oportunidades de emprego.

Política

Existe uma forte crise e degradação das instituições políticas. E o tecido social está excessivamente politizado, no mau sentido, ou seja, os partidos políticos manipulam muitas organizações não políticas. É preciso mais transparência (o que por vezes não é fácil, devido aos protagonismos políticos) e mais participação das pessoas e das instituições. Mas uma participação livre e descomprometida, o que também não é fácil.

A descentralização de competências e a lógica de subsidiariedade são interessantes, desde que não venham alimentar caciquismos locais.

Sociedade

O Alentejo e a zona de Moura têm problemas de envelhecimento da população, de não fixação de jovens e de desemprego. O pouco emprego que existe é desqualificado. Por exemplo, na área das energias ainda não conseguimos um parceiro para estágios ...

2. Em que medida é que a rede ECOS poderá contribuir para a solução/minimização desses problemas? E quais são os principais desígnios desta rede?

Muitas vezes as PPP existem por imposição e obrigatoriedade das candidaturas. É aliás um motivo pelo qual elas não resultam. A burocracia não deixa tempo para a animação de uma parceria. Assim sendo, é preciso estar muito atento à forma como a rede ECOS é gerida e avaliar a real motivação de todos os parceiros.

O sucesso da rede e a prossecução dos seus objectivos depende em muito da liderança e da cultura de parceria que se conseguir criar nesta fase de acções preparatórias.

3. Na sua perspectiva, e tendo em conta o facto de ter sido um conjunto de municípios o motor de constituição desta parceria, que tipo de papel é que o poder local deve ter no desenvolvimento do território?

Os municípios devem, antes de mais, cumprir o que está na lei, as suas responsabilidades legais e realizar benefícios para as populações.

Depois devem ser entidades estrategas, que planeiam e que põem toda a gente a mexer. Dão apoio financeiro e devem descentralizar algumas competências para as instituições locais, numa lógica de cooperação.

O nível de influência territorial dos municípios é antes de mais local e depois regional.

Actualmente, existe um défice de capital e participação política.

4. Tendo, ainda, em conta que a rede ECOS valoriza e busca parcerias com entidades privadas (as quais integram a própria rede), como encara a

actuação das organizações não públicas nos processos de governança e desenvolvimento territorial? Que papel é que lhes está reservado?

O tecido institucional do território de Moura tem fragilidades em termos demográficos. Tem sido fragilizado ao longo dos tempos por todos os governos. Existe uma perda acentuada de gente e envelhecimento da que fica. Há, ainda, uma perda de empreendedorismo e dinamismo económico.

As instituições têm as fragilidades inerentes ao território. Esta zona precisa de líderes com olhar prospectivo, que saibam interpretar os sinais e o que se está a passar.

5. A rede ECOS surge no âmbito de uma candidatura ao instrumento de política Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, promovido pela DGOTDU, um organismo estatal e enquadra-se na Política de Cidades, Polis XXI. Neste contexto, qual considera que deve ser a actuação do estado em matéria de desenvolvimento local e regional?

O estado deve apostar as suas energias no trabalho a nível nacional, e passar ver com melhores olhos os modelos de desenvolvimento *bottom-up*. Esta trabalho a nível nacional é essencialmente de planeamento estratégico e de legislação (mas legislação que não asfixie) com vista à emanação de orientações mais gerais que apoiem a coesão territorial.

O resto, que é muito, deve ser descentralizado para os municípios e para as organizações da sociedade civil, segundo uma lógica de contratualização e financiamento, como é o caso da rede ECOS.

6. No caso concreto da organização que representa, quais foram as principais motivações que estiveram na base da decisão de integrar esta rede urbana?

A missão da cooperativa tem muito a ver com os problemas que a rede ECOS pretende solucionar ao nível do núcleo territorial do Alentejo, bem como com a própria temática da rede. Ou seja, a cooperativa pretende ser um projecto de longo prazo que promova a fixação territorial dos jovens por via da empregabilidade no Alentejo. Também a formação que disponibiliza pretende ser ajustada a problemas e

necessidades emergentes. Nesse sentido, tem cursos nas áreas do ambiente e turismo, da mecânica e energias alternativas e da gestão informática.

A pertença da cooperativa à rede ECOS prende-se com a vontade da parceria em criar massa crítica no Alentejo (gerar conhecimento). E nesse sentido é uma oportunidade de negócio para a cooperativa. Tendo em conta que a missão da organização é a de promover a aprendizagem em diversas áreas, das quais se destaca as energias e o ambiente, a cooperativa considera que poderá aprender e melhorar a sua prestação nestas áreas através da pertença à rede ECOS, ao acesso a *know-how* específico da rede por via do alargamento da sua rede de contactos. Os parceiros da rede também ganham porque têm massa crítica.

A possibilidade de aceder a fundos comunitários constitui, igualmente, uma motivação para a cooperativa mas também para todos os parceiros da rede. Paralelamente, existe da parte da cooperativa uma prática sistemática de disponibilização de espaços e equipamentos à comunidade, podendo fornecer este tipo de recursos à parceria.

Pertencer à rede ECOS é prestigiante pois permite um reconhecimento do empenho da cooperativa nas áreas da energia e do ambiente. Permite, igualmente, influenciar entidades empregadoras, no sentido de perceberem a importância destas temáticas e assim disponibilizarem estágios e empregos aos seus alunos (ex: câmaras municipais). Outra questão importante é a valorização que a rede dá às questões da construção sustentável, podendo recuperar-se práticas tradicionais alentejanas nesta área (identidade local).

7. No que se refere à sua organização, quais são os projectos âncora que se enquadram na rede ECOS?

Formação em ambiente e energias renováveis.

8. Qual a experiência da sua organização em matéria de parcerias inter-organizacionais?

SINOPSE DE ENTREVISTA H

Parceiro: Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa

Data: 11.06.2008

1. Quais são os principais problemas do território em que a organização que representa está implantada?

Economia

O Alentejo tem que se reinventar de forma a se tornar atractivo para as pessoas e para as empresas. É preciso ganhar capacidade inovativa e experimentar novas oportunidades de negócio para a região, de especialização. Tem que atrair emprego e evitar a deslocalização de empresas para outras zonas do país e para o estrangeiro.

Política

Existe uma grande promiscuidade entre instituições políticas, públicas e da sociedade civil. Os partidos políticos imiscuem-se excessivamente na vida da comunidade o que é penalizador. Que existe um grande défice de capital político nos territórios e que a democracia está em crise isso toda a gente sabe. O problema é como solucionar esta situação. Na escola procura-se estar à parte desta situação. Mas a solução do estado actual das coisas tem que passar por maiores níveis de transparência e controlo dos processos de tomada de decisão, bem como por uma maior participação das pessoas na gestão dos territórios.

Depois é necessário reforçar a descentralização em áreas que não são tradicionais da intervenção do estado e que se podem transferir para os municípios e para as escolas e outras entidades (subsidiariedade).

Sociedade

A zona de Serpa tem problemas demográficos, de forte envelhecimento da população. O desemprego também é um fenómeno expressivo, bem como o emprego desqualificado. Nada disto contribui para a fixação de jovens e de população em idade activa, o que penaliza o dinamismo do tecido social do concelho.

2. Em que medida é que a rede ECOS poderá contribuir para a solução/minimização desses problemas? E quais são os principais desígnios desta rede?

3. Na sua perspectiva, e tendo em conta o facto de ter sido um conjunto de municípios o motor de constituição desta parceria, que tipo de papel é que o poder local deve ter no desenvolvimento do território?

É necessário que o poder local tenha uma visão de futuro, que por vezes não tem. É necessário que se dedique mais ao planeamento, não por obrigação legal como é o caso do PDM, mas porque sente realmente a necessidade de pensar a coesão territorial, através de níveis crescentes de cooperação com os demais agentes locais (independentemente das orientações políticas) e de descentralização de algumas acções.

Mas também é importante a gestão doméstica dos territórios através da realização de investimentos físicos.

A câmara municipal deveria ser mais ligada à escola profissional, mas por vezes mistura-se a questão politico-partidária o que causa um afastamento entre estas instituições.

Agora, com os conselhos municipais de educação começa a existir uma aproximação crescente entre as câmaras e as escolas.

O nível de influência das câmaras é essencialmente local.

4. Tendo, ainda, em conta que a rede ECOS valoriza e busca parcerias com entidades privadas (as quais integram a própria rede), como encara a actuação das organizações não públicas nos processos de governança e desenvolvimento territorial? Que papel é que lhes está reservado?

As empresas são poucas e têm pouca expressão. Também o tecido social na zona de Serpa não é muito dinâmico.

No entanto, é possível encontrar parceiros com quem trabalhar, pessoas com algumas ideias para o concelho. E o papel que estas organizações e estas pessoas devem desempenhar centra-se muito na reflexão sobre o desenvolvimento de Serpa e no encontrar estratégias e recursos de concretização dessas ideias.

5. A rede ECOS surge no âmbito de uma candidatura ao instrumento de política Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, promovido pela DGOTDU, um organismo estatal e enquadra-se na Política de Cidades, Polis XXI. Neste contexto, qual considera que deve ser a actuação do estado em matéria de desenvolvimento local e regional?

O estado deve ter um papel de regulador e de promotor da coesão regional. Deve legislar nas áreas necessárias (mas não afogar as entidades em legislação em catadupa, como é no caso da educação) e planear estrategicamente o desenvolvimento nacional. Existem áreas nas quais o estado deve continuar a assumir grande protagonismo, como é o caso da justiça, da defesa e da administração interna, da saúde e da segurança social. Nestas áreas deve continuar a prestar serviços públicos gratuitos, a financiar os organismos e a realizar os investimentos necessários.

Noutros casos, como a educação deve descentralizar e contratualizar com as escolas e os municípios as acções a desenvolver.

O nível de influência tem que ser nacional e regional, especialmente nas áreas referidas como fundamentais.

6. No caso concreto da organização que representa, quais foram as principais motivações que estiveram na base da decisão de integrar esta rede urbana?

A escola tem a vantagem de ter projectos educativos territorializados o que permite explorar uma relação entre a escola e o território em que está inserido. A escola aposta em áreas de formação que estão relacionadas com as necessidades de desenvolvimento da região.

A base da formação da escola é a agricultura, que é a actividade dominante no distrito de Beja. E depois o turismo ambiental e rural. A escola já teve um curso de construção sustentável e foi esse motivo que levou ao convite para aderirem à rede ECOS.

A escola pretende que através da rede, seja possível apresentar mais formações que sejam um valor acrescentado para a parceria e para o desenvolvimento da região em que se insere, nomeadamente ao nível da gestão ambiental. A pertença à rede pode ser importante para estágios dos seus jovens, para criar oportunidades de negócio para os formandos e por essa via aumentar as taxas de empregabilidade dos alunos da escola. E o acesso a financiamento comunitário também é importante.

A questão da optimização do espaço da escola, que é muito grande, bem como de alguns equipamentos que têm pode ser importante para o sucesso da rede, e vai de encontro àquilo que é hábito fazer-se na escola: partilhar recursos e abrir-se à comunidade.

Outras motivações prendem-se com a possibilidade de gerar conhecimento na rede útil para os projectos e cursos da escola, o de poder proporcionar oportunidades de investigação e aprendizagem em contexto real aos seus alunos, de poder obter reconhecimento do seu trabalho e de aumentar a sua rede de contactos na área da construção sustentável.

Tendo em conta o facto de a escola ser uma estrutura muito territorializada e de a rede ECOS estar preocupada com as necessidades e identidades dos territórios envolvidos, faz todo o sentido pertencer a esta rede.

Há mais valias evidentes em matéria de:

- a. Promoção da escola
- b. Marketing
- c. Oportunidade de visitar experiências diferentes no estrangeiro

7. No que se refere à sua organização, quais são os projectos âncora que se enquadram na rede ECOS?

Formação que disponibiliza, nomeadamente na área dos ofícios tradicionais e da construção tradicional alentejana.

8. Qual a experiência da sua organização em matéria de parcerias inter-organizacionais?

Programa europeu de avaliação da qualidade nas escolas, com parceiros da Espanha, Holanda e Itália.

A escola pertence a uma rede europeia para avaliação das competências de educação ambiental dos alunos

A escola tem uma parceria com a Confraria dos Gastrónomos do Distrito de Beja, na promoção do Concurso de Vinhos do Baio Alentejo.

SINOPSE DE ENTREVISTA I

Parceiro: Soluções de Energia Racionais, S.A.

Data: 06.06.2008

1. Quais são os principais problemas do território em que a organização que representa está implantada?

Economia

O mundo está a mudar e a economia globalizou-se. Actualmente, já não faz sentido falar em sistemas económicos caso não existir a necessária perspectiva de internacionalização das empresas e também dos próprios territórios em que elas estão inseridas. As cidades portuguesas, e Torres Vedras, têm que estar no mapa, e as empresas portuguesas também. Para isso, tem que existir uma aposta real na capacidade inovativa das empresas, tem que existir novos produtos e experimentar novas metodologias de trabalho. Portugal ainda tem marcas quase genéticas do Estado Novo que atrofiaram as dinâmicas locais, regionais e empresariais.

O país tem que fazer face à cada vez maior possibilidade (e que já uma realidade em muitos sectores) de deslocalização do emprego e que não tem fim à vista. Deve-se promover a competitividade dos territórios e das empresas, ajudando-os a serem mais concorrenciais, a se especializarem e a serem mais concorrentes.

E a rede ECOS pode ser uma oportunidade, juntamente com outras, de dar uns passos rumo a esta maior competitividade e internacionalização das cidades e das empresas. É ainda necessário reflectir sobre a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento capitalista, de consumo de massas, que se encontra em risco com a actual instabilidade económica, fruto da finitude do modelo energético vigente.

Política

O estado não é capaz de fazer tudo sozinho, tem que descentralizar, dar mais competências e autonomia aos territórios para se desenvolverem e libertarem as suas dinâmicas próprias. E isto tem sido um problema, porque não há uma efectiva vontade de passar o que é importante e não se imiscui na vida dos municípios e das

populações por parte do estado. Que está no local e na região é que conhece as suas potencialidades, os seus recursos e os seus problemas e necessidades (subsidiariedade).

No que se refere à outra questão, da democracia, há realmente uma crise que eu penso que pode ser superada através de uma maior transparência e seriedade e de uma maior participação das pessoas nos momentos de votação, nas discussões públicas, nas assembleias municipais, etc. só assim é possível recuperar a dignidade e legitimidade do sistema político actual.

Sociedade

Torres Vedras não tem problemas concretos relativamente a fenómenos como o desemprego, mas o país está a atravessar uma fase muito complicada nesta questão. É de facto um problema nacional, assim como é a desqualificação do emprego.

Torres Vedras é um território muito pressionado do ponto de vista demográfico (migração) e, por conseguinte, urbanístico.

2. Em que medida é que a rede ECOS poderá contribuir para a solução/minimização desses problemas? E quais são os principais desígnios desta rede?

A rede ECOS poder contribuir para a criação de estruturas formativas especializadas, que facilitem a especialização da empresa e da zona do Oeste em energias limpas, como o hidrogénio, proporcionando mais conhecimento a potenciais colaboradores.

Pode, igualmente, contribuir para a geração de emprego e para a investigação e aprendizagem na área energética, através da criação de laboratórios de certificação, por exemplo.

3. Na sua perspectiva, e tendo em conta o facto de ter sido um conjunto de municípios o motor de constituição desta parceria, que tipo de papel é que o poder local deve ter no desenvolvimento do território?

Não está na nossa tradição municipalista a esfera económica entrar na esfera de intervenção municipal. Os municípios só fazem parques industriais e partir daí negociam de forma acrítica e casuística os investimentos, mas não numa posição pró-activa. Apenas há incentivos fiscais e de propriedade ao privado. Não faz parte do discurso político local o desenvolvimento económico. O poder local não deve ser tão liberal quanto tem sido em relação ao desenvolvimento económico das regiões e dos municípios.

A rede ECOS representa uma passagem de paradigma, onde se procura a sustentabilidade económica de uma região ou município.

O saneamento e as estradas já estão assegurados, agora entramos noutra fase. Actualmente, os municípios:

- a. Não se podem limitar a reivindicar à Administração Central que apoie as empresas. Têm que cooperar com a AC e com as empresas que estão no território;
- b. Têm a obrigação de criar/identificar as suas apostas de especialização que são criadoras de emprego;
- c. Devem ser pró-activos;
- d. Devem ter níveis de exigência mais elevados ao nível do capital político e humano, de forma a realizar com mais qualidade as suas tarefas;
- e. São responsáveis por um planeamento e uma visão estratégica que garanta o desenvolvimento e a coesão dos seus territórios (freguesias);
- f. Devem assumir a sua influência não só a nível local, o que é óbvio, mas também a nível regional.

4. Tendo, ainda, em conta que a rede ECOS valoriza e busca parcerias com entidades privadas (as quais integram a própria rede), como encara a actuação das organizações não públicas nos processos de governança e desenvolvimento territorial? Que papel é que lhes está reservado?

Tendo em conta que o estado está a descentralizar para os municípios e que estes não estão, em muitas áreas, como por exemplo a económica, em situação de assumir na plenitude essas novas responsabilidades, as organizações e as empresas têm uma

responsabilidade social de cooperar, com o seu conhecimento e recursos, mas não escondendo as suas motivações (clarificação de interesses e de objectivos).

5. A rede ECOS surge no âmbito de uma candidatura ao instrumento de política Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, promovido pela DGOTDU, um organismo estatal e enquadra-se na Política de Cidades, Polis XXI. Neste contexto, qual considera que deve ser a actuação do estado em matéria de desenvolvimento local e regional?

Quem governa tem o direito de tomar as suas decisões políticas ao nível dos modelos económicos e sociais. Já na década de 80 se criaram os primeiros projectos de inovação e de novas tecnologias.

Agora o governo tem que ter estratégias de implementação das suas opções. O que se passa é que estamos um pouco à deriva do que vai surgindo.

O governo tem que ter um modelo de desenvolvimento e coesão nacional e não deixar tudo na lógica do mercado. É o estado que deve pensar o desenvolvimento harmonioso do todo nacional. É preciso planear estrategicamente e descentralizar cada vez mais, ou seja, desmultiplicar a intervenção. Ainda existe em Portugal um exagerado centralismo que atrofia a dinâmica local e regional.

O governo deve dar os sinais, estabelecer as prioridades e legislar (apenas quando é necessário, e não como acontece actualmente). Deve, ainda, prestar determinados serviços que cabem dentro das suas funções básicas e realizar os grandes investimentos necessários ao desenvolvimento nacional e regional.

A intervenção do estado deve centrar-se, fundamentalmente, no nível nacional, descendo até às regiões ao nível do planeamento estratégico (como os planos regionais de ordenamento do território), mas aqui já numa lógica de cooperação com os municípios e suas associações.

6. No caso concreto da organização que representa, quais foram as principais motivações que estiveram na base da decisão de integrar esta rede urbana?

A SRE, S.A. tem como principais motivações os seguintes factos:

- a. A temática da rede ECOS é uma área nova a nível nacional;
- b. Esta empresa é única, em termos da sua missão, na península Ibérica;
- c. A temática da rede ECOS constitui um nicho/oportunidade de negócio em termos futuros;
- d. A empresa precisa de criar raízes e quer ser uma referência no Oeste;
- e. As empresas devem ter as suas identidades territoriais;
- f. A necessidade de criar em torno da empresa um *cluster* de competências (*clusterização* da zona), se não pode ser colocada em causa a sustentabilidade da empresa no médio prazo (proximidade de fornecedores). Competências nomeadamente ao nível da formação (qualificação) dos recursos humanos (ex: formação em tecnologias de hidrogénio). A ideia é criar um mercado local com formação nos conteúdos que a empresa necessita, caso contrário, o esforço em formação é muito grande.

É importante desafiar os poderes locais, e a rede ECOS pode ajudar, a criar os meios necessários para a empresa funcionar na zona do Oeste e a apostar na área das energias renováveis, enquanto área de negócio privilegiada para os seus territórios. E aí pode ser importante os fundos comunitários do novo Quadro de Apoio.

O ECOS tem iniciativas que contribuem para dar um enquadramento de infra-estruturas que é importante para a consolidação da SRE, S.A., alargando a sua rede de fornecedores e a sua margem de negociação.

7. No que se refere à sua organização, quais são os projectos âncora que se enquadram na rede ECOS?

A empresa é o próprio projecto âncora. Mas o interesse reside essencialmente em projectos de investigação e geração de conhecimento de proximidade em matéria de energias limpas.

8. Qual a experiência da sua organização em matéria de parcerias inter-organizacionais?

SINOPSE DE ENTREVISTA J

Parceiro: ADRO - Agência de Desenvolvimento Regional do Oeste

Data: 06.06.2008

1. Quais são os principais problemas do território em que a organização que representa está implantada?

Economia

Portugal, e o Oeste, têm problemas sérios de competitividade internacional, pois o país não é muito atractivo para o investimento. Temos que nos especializar e sermos muito bons nisso. Temos que ser mais inovadores, com uma maior capacidade para atrair/estimular a emergência investigadores que desenvolvam/experimentem novos produtos. Mas também aí é difícil porque não temos bolsas de investigação atractivas e competitivas com as que existem noutros países. São os nossos investigadores que querem sair, e não os outros que querem entrar.

Depois, temos um outro fenómeno incontornável que é a deslocalização de determinados sectores de actividade, como o têxtil e o calçado (no norte do país). As grandes multinacionais preferem investir em zonas do globo onde é mais barata a mão-de-obra, de forma a potenciar lucros. Em alguns sítios é mais barata e mais qualificada ...

O país tem que sair do canto da Europa, posicionar-se e afirmar-se na senda da internacionalização.

Política

Relativamente à política, quer seja nacional quer seja local, há problemas gravíssimos, que só se podem resolver com uma viragem de 180° na atitude dos políticos. As pessoas já não acreditam nos políticos e a crise das instituições é um facto. É preciso mais participação das pessoas (e se não for nas eleições, que seja de outra forma), mais transparências nas contas, mais seriedade e legitimação das acções.

É, igualmente, preciso que se transfira recursos e competências para os municípios (descentralização) e destes para as instituições, ou então directamente do estado para os actores locais que melhoram conhecem as realidades (subsidiariedade).

Sociedade

A zona do Oeste, em termos sociais e demográficos sofre uma pressão demográfica grande, fruto do investimento em acessibilidades e da própria atractividade da região (migração). Temos mais pessoas em determinadas zonas do território, o que coloca desafios ao nível da criação de mais emprego na região. Não obstante, não é das zonas do país onde o fenómeno do desemprego é mais preocupante, não deixando no entanto de o ser sempre, assim como é o fenómeno do emprego desqualificado.

2. Em que medida é que a rede ECOS poderá contribuir para a solução/minimização desses problemas? E quais são os principais desígnios desta rede?

Em matéria de internacionalização dos produtos e das empresas, a rede ECOS é muito importante já que este é exactamente um dos principais objectivos da parceria. Depois a área das energias permite explorar novos investimentos, criando postos de trabalho altamente qualificados.

No que se refere à questão político, não encontro grande associação.

3. Na sua perspectiva, e tendo em conta o facto de ter sido um conjunto de municípios o motor de constituição desta parceria, que tipo de papel é que o poder local deve ter no desenvolvimento do território?

O desenvolvimento regional não é só económico nem social. Cabe lá tudo. Logo, quando um município ou conjunto de municípios pretendem planear uma estratégia de desenvolvimento, o que é uma das suas primeiras responsabilidades, deve contemplar todas as sensibilidades, segundo uma lógica de cooperação e de partilha de responsabilidades nas decisões tomadas.

Os municípios devem definir as linhas estratégicas para a região e o local e devem igualmente aproximar-se dos actores locais, descentralizando algumas funções que estes últimos podem fazer melhor. O planeamento não deve ser obviamente

descentralizado, porque existem responsabilidades legais nesta área e porque é o município e o conjunto de municípios que têm a visão mais global do território, podendo assim mais facilmente pensar a coesão territorial.

As autarquias devem partilhar os seus planos estratégicos e de acção com a sociedade civil. Devem ter uma maior abertura à sociedade. O problema é que os municípios ainda não têm esta cultura de parceria e participação.

Os municípios do Oeste, e os portugueses em geral, enfrentam grandes problemas:

- a. Não têm lideranças políticas à altura. Toda a gente quer gerir o seu quintal. Há uma grande falta de capital político;
- b. Há muitos poderes instalados;
- c. O envolvimento político e institucional não é levado à prática. Numa PPP deverá ficar definido quem, onde e como faz o quê?;
- d. Participação tardia por parte das populações e das organizações.

Para além do planeamento, devem continuar a prestar os seus serviços quotidianos, a realizar os seus projectos de investimento (mesmo que muitos deles são discutíveis) mas com mais qualidade e profissionalismo. Relativamente ao apoio financeiro, não me choca, até mesmo porque existem muitos actores locais que necessitam de apoios.

No que diz respeito ao nível territorial de influência, os municípios são entidades chave em qualquer nível. O local por maioria de razão, o regional porque as economias regionais devem ser pensadas em conjunto e deve existir um compromisso das autoridades municipais para o desenvolvimento regional, que em muito depende deste envolvimento. A nível nacional, acredito que tenham uma influência importante, ou pelo menos deveriam ter, para que o país tivesse um real diagnóstico da sua situação. E só quem está no terreno, junto das pessoas (subsidiariedade) é que sabe o que se passa. Claro está que os planos nacionais também deveriam auscultar os municípios, pois são elas e os actores sociais locais que muitas vezes dão corpo às estratégias que se encontram nesses planos.

Mas as autarquias ainda estão muito afastadas do desenvolvimento económico dos seus concelhos.

Os organismos intermédios do estado, como as CCDR, têm pouca sensibilidade.

4. Tendo, ainda, em conta que a rede ECOS valoriza e busca parcerias com entidades privadas (as quais integram a própria rede), como encara a actuação das organizações não públicas nos processos de governança e desenvolvimento territorial? Que papel é que lhes está reservado?

A participação dos actores privados é fundamental, porque, quer tenham ou não recursos financeiros, têm uma coisa importantíssima que é conhecimento das realidades e formas de trabalhar distintas, que podem ser interessantes trazer à coação.

Depois são mais ágeis do que a administração, central ou até mesmo local, o que permite desburocratizar muitas situações e facilita uma intervenção mais atempada.

5. A rede ECOS surge no âmbito de uma candidatura ao instrumento de política Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, promovido pela DGOTDU, um organismo estatal e enquadra-se na Política de Cidades, Polis XXI. Neste contexto, qual considera que deve ser a actuação do estado em matéria de desenvolvimento local e regional?

A Administração Central tem um claro poder legislativo, que deve manter evidentemente. Deve ainda ser quem desenha as estratégias nacionais (planeamento) e quem regulamenta, tendo sempre por pano de fundo a coesão nacional. Veja o exemplo do Programa Nacional de Política de Ordenamento do território, que é um excelente exemplo de como o estado deve planear.

Deve sentar-se à mesa com os municípios para com eles contratualizar a melhor forma de passar responsabilidades e deixar de exercer um poder tão executivo (descentralização). Apesar disso, a verdade é que muitos destas transferências são processos encapotados de manutenção do *status quo*, porque não se passam recursos para alterar as situações.

O estado deve incorporar e praticar o conceito de subsidiariedade, deixando aos territórios e aos actores neles presentes a responsabilidade de definir os seus próprios caminhos de desenvolvimento e os processos através dos quais os planeiam, implementam e avaliam.

O controlo do estado deve ser por via de programas de apoio financeiro, com objectivos e resultados esperados muito bem definidos. A atribuição destes apoios deve fazer-se em função do mérito de candidaturas ou do reconhecimento deste por via da análise do trabalho já feito. O que não acontece com frequência.

O nível de intervenção do estado é fundamentalmente nacional.

6. No caso concreto da organização que representa, quais foram as principais motivações que estiveram na base da decisão de integrar esta rede urbana?

Nós acreditamos nas parcerias e na cooperação, mas por vezes as instituições aparecem nas parcerias e não se sabe bem porquê. No nosso caso o que nos motivou foi essencialmente o facto de podermos ver concretizada uma candidatura que já fizemos há muito tempo em matéria de energias renováveis e que ficou na gaveta. Já temos conhecimento e alguma investigação desenvolvida nesta área, e podemos partilhar isso com os outros parceiros. É claro que também teremos coisas a aprender com elas, pois existem organizações com missões muito interessantes. Depois, tendo em conta o facto de existirem vários municípios do Oeste nesta rede ECOS, são mais momentos que se criam no sentido de influenciar a agenda e tomada de decisão política com vista a um maior investimento em áreas que nos parecem chave e que são muito próximas de alguns objectivos estratégicos da região, identificando-se com aquilo que está estrategicamente previsto. Trata-se de mais uma possibilidade de negociar projectos de concretização das estratégias de desenvolvimento do Oeste, através do plano estratégico que está a ser elaborado.

Claro que o facto de poder existir financiamento comunitário através do QREN ou de um PO é importante. E como nós temos muitos parceiros não públicos, a procura de novas oportunidades de mercado e negócio para essas empresas também é importante.

Em última instância, a rede ECOS, tal como qualquer outra que funcione minimamente, facilita a qualificação dos nossos técnicos, pois estão previstos vários seminários e encontros de reflexão técnica, ajuda a melhorar formas de trabalhar da ADRO por via da troca de experiências e do alargamento do n.º de instituições com que trabalhamos e permite um reconhecimento externo pelos pares do trabalho que desenvolvemos, o que é sempre importante.

Mas é preciso ter em atenção alguns pormenores de gestão da rede ECOS que não têm sido acautelados. A escolha da entidade para liderar a parceria é fundamental, pois esta deve ter competências de liderança, de gestão e de coordenação. O que parece não ser o caso

7. No que se refere à sua organização, quais são os projectos âncora que se enquadram na rede ECOS?

8. Qual a experiência da sua organização em matéria de parcerias inter-organizacionais?

A ADRO é uma associação sem fins lucrativos de direito privado que nasceu em 1989 com 68 parceiros. Portanto, a experiência de colaboração institucional, e isto porque só podem ser associados pessoas de direito colectivo, é bastante grande e diversificada.

A própria entidade que preside à ADRO é uma parceria de municípios (Associação de Municípios do Oeste). A Agência, agora com 25 parceiros, tem entidades que são elas próprias parcerias (ex: ACIRO - Associação Comercial e Industrial da Região do Oeste, ARO - Associação de Artesãos da Região Oeste, AIRO - Associação Industrial da Região do Oeste, etc.).

Existe uma grande cultura de participação e o entendimento de criar redes e parcerias não veio dos quadros comunitários de apoio. Veio da própria natureza da instituição. A ADRO não tem qualquer projecto que não seja em parceria.

SINOPSE DE ENTREVISTA K

Parceiro: ADC - Associação de Desenvolvimento do Concelho de Moura

Data: 04.06.2008

1. Quais são os principais problemas do território em que a organização que representa está implantada?

Economia

Há problemas globais que afectam os territórios. No caso do Alentejo, é preciso fazer face à falta de emprego, não permitir que as empresas saiam criando incentivos à sua fixação. Também é necessário definir um rumo específico para o desenvolvimento económico dos territórios que não existe como deveria, definir as áreas de especialização (que não estão claras) e promover a capacidade de inovação e de experimentar coisas novas (correr riscos) da população e das empresas, o que também é muito complicado em Serpa.

Política

Aqui no Alentejo sente-se muito a presença dos partidos políticos na vida das instituições e quando estas não se comprometem com eles, como é o caso da ADM Moura, é complicado manter-se activo.

Claramente o capital político dos territórios não existe, ou é mau. A crise da democracia está bem patente no dia a dia das instituições. A receita é conhecida: transparência, participação para maior legitimidade. Mas é complicado colocar estas ideias na cabeça de alguns políticos que não têm um pensamento estratégico, não têm visão. Onde tudo é muito doméstico.

É por este motivo que qualquer iniciativa que promova a descentralização para os municípios e os obrigue a se profissionalizar e que valorize a subsidiariedade é fundamental, para alterar o actual estado das coisas.

Sociedade

Há um claro défice de oportunidades de emprego, o que conduz a fenómenos de desemprego e de emprego desqualificado sérios.

Envelhecimento da população e

2. Em que medida é que a rede ECOS poderá contribuir para a solução/minimização desses problemas? E quais são os principais desígnios desta rede?

A rede ECOS pode gerar emprego qualificado, directa ou indirectamente. Pode, inclusive, ultrapassar alguns impedimentos legais ao nível da fixação de empresas.

Pode estimular, através dos centros de investigação que pretende criar o aparecimento de actividades de investigação e outras ligadas à inovação.

3. Na sua perspectiva, e tendo em conta o facto de ter sido um conjunto de municípios o motor de constituição desta parceria, que tipo de papel é que o poder local deve ter no desenvolvimento do território?

As câmaras municipais padecem dos males da administração pública em geral porque não têm que viver na exigência da inovação que está a nascer na sociedade civil. As câmaras não têm que:

- a. Apresentar resultados;
- b. Não trabalham por projectos e resultados;
- c. Têm rotinas de procedimentos;
- d. Têm uma grande resistência à inovação e mudança;
- e. Burocracia.

As câmaras devem fazer parcerias com o privado, porque agiliza os procedimentos e flexibiliza as decisões.

A administração local deve focalizar-se em 2 pontos: por um lado o planeamento estratégico do território, mas numa perspectiva de cooperação e partilha de responsabilidades com o privado e a sociedade civil; por outro lado na melhoria significativa dos serviços e das obras que realizam. Também devem apoiar (logística

e/ou financeiramente) a sociedade civil de forma a fortalecer o capital institucional do seu território.

O nível de influência deve ser exclusivamente local.

4. Tendo, ainda, em conta que a rede ECOS valoriza e busca parcerias com entidades privadas (as quais integram a própria rede), como encara a actuação das organizações não públicas nos processos de governança e desenvolvimento territorial? Que papel é que lhes está reservado?

O serviço público não se esgota na administração pública, seja ela local ou central. As organizações da sociedade civil permitem apoiar na supressão de lacunas do serviço público, segundo uma lógica de complementariedade, cooperação e partilha de responsabilidades entre instituições empenhadas no desenvolvimento local.

5. A rede ECOS surge no âmbito de uma candidatura ao instrumento de política Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, promovido pela DGOTDU, um organismo estatal e enquadra-se na Política de Cidades, Polis XXI. Neste contexto, qual considera que deve ser a actuação do estado em matéria de desenvolvimento local e regional?

O estado tem vantagens evidentes em se focalizar apenas no planeamento estratégico de cariz nacional, e contratualizar com as instituições e as câmaras a intervenção. É possível através da contratualização prestar serviços públicos de qualidade com menos custos e mais agilidade e adequação às necessidades das pessoas.

Se a vertente de intervir nos territórios aumentar no futuro, isso trará impactos menos positivos para as populações. E as estruturas descentralizadas da Administração Central estão fora do tempo, com modelos de gestão e intervenção ultrapassados.

O estado deve concentrar-se na emanção de legislação pertinente e útil, no planeamento e na coesão do território. A intervenção deve ser descentralizada através de mecanismos de financiamento e contratualização com os territórios.

6. No caso concreto da organização que representa, quais foram as principais motivações que estiveram na base da decisão de integrar esta rede urbana?

O estar em projectos, o trabalhar por projectos é em si uma grande motivação, porque estimula a excelência e apela à qualidade e inovação.

Para a ADC Moura a rede ECOS representa uma oportunidade de investigar em áreas novas, de aprender e gerar novos conhecimentos, especialmente em matéria de sensibilização e educação ambiental, uma das áreas de interesse da instituição. Permite, igualmente, estar mais próximo da câmara municipal de Moura e desenvolver esforços para a sensibilizar para as questões da educação ambiental e para outros projectos da instituição nesta área, mas também noutras (influência). Pode ser que desta forma a câmara e a comunidade reconheçam o papel da ADC Moura no desenvolvimento do concelho, percebendo melhor a sua disponibilidade para estar nas decisões, para negociar com a câmara novos projectos.

É ainda importante, porque permite conhecer outras pessoas com experiências na área ambiental e das energias. A rede ECOS é um projecto que aposta nos recursos dos territórios, e como a instituição é bastante territorializada, faz todo o sentido. É um projecto que valoriza a identidade dos territórios e a proximidade entre parceiros e territórios.

Por fim, existe um aspecto essencial. Como a ADC Moura vive de projectos financiados, a rede ECOS constitui uma oportunidade de acesso a fundos comunitários e por essa via a manutenção de postos de trabalho. Poderá ainda ser importante na fase seguinte do projecto, se for possível por via do financiamento melhorar os espaços da instituição e adquirir mais equipamentos. Para os destinatários da ADC Moura - a população de Moura - este projecto pode vir a trazer benefícios directos em matéria de emprego.

A ADC Moura considera que com a rede ECOS está no campo das oportunidades. A ADC Moura afirma-se nestas novas áreas de intervenção, que podem colocar os territórios no mapa. É necessário fazer *marketing* territorial.

7. No que se refere à sua organização, quais são os projectos âncora que se enquadram na rede ECOS?

Trabalho de sensibilização ambiental e energética da população.

8. Qual a experiência da sua organização em matéria de parcerias inter-organizacionais?

A ADC Moura vive exclusivamente de projectos financiados, o que traz uma grande experiência ao nível de parcerias com outras instituições.

SINOPSE DE ENTREVISTA L

Parceiro: AREAL - Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve

Data: 09.06.2008

1. Quais são os principais problemas do território em que a organização que representa está implantada?

Economia

Relativamente à economia, o Algarve tem emprego e dinamismo no litoral. O interior é muito diferente. Existe uma aposta crescente nos produtos artesanais que surgem como novos produtos da marca Algarve. A aposta tem que ser um pouco por aí. Em produtos turísticos novos (ou antigos com outra roupagem), que transmitam uma imagem de marca da região, de forma a ser possível afirmarmo-nos lá fora como uma região de excelência (internacionalização). Atenção, que o turismo do Algarve também devia merecer outro tratamento e qualificar-se. Mas é complicado, com os empresários que se tem.

Depois há problemas económicos que advêm da globalização dos mercados e da facilidade com que as pessoas, empresas e bens se movem e que têm a ver com a deslocalização de postos de trabalho. O Algarve tem que se especializar em coisas que não sejam possível deslocalizar de um dia para o outro. O turismo não se deslocaliza evidentemente, mas tem que haver outras actividades económicas de ponta. E a rede ECOS aí pode ser importante, para se testar outros nichos de mercado na área das energias.

Política

A questão política é muito complicada aqui no Algarve. Há um problema grave que é político no Algarve: as câmaras pensam a 4 anos. A maioria dos políticos não conhece a realidade, fulanizam a intervenção e têm falta de visão estratégica.

Governar é dar responsabilidades e partilhar responsabilidades. As câmaras ainda centralizam muito a tomada de decisão, mas é necessário alterar esta situação, apostando realmente numa maior cooperação e descentralização com outras

entidades que estão no território. Também é importante que as pessoas participem nas coisas a título individual. Se se pretende que o estado descentralize competências e recursos, as câmaras têm que estar preparadas para trabalhar de outra forma mais transparente, porque precisam das pessoas e das entidades que estão na região. Mesmo a subsidiariedade não deve ser só da União Europeia para os países, e dos estados para as câmaras. As câmaras também devem adoptar esta lógica, senão a crise do sistema político não termina. Mas é preciso ter em atenção o que é que o estado descentraliza. Por exemplo, na área da educação que conheço bem porque estamos a fazer Cartas Energéticas de edifícios escolares, os estabelecimentos estão a passar para a responsabilidade das câmaras, mas estas não têm verbas para fazer face ao avançado estado de degradação de muitos deles.

Sociedade

No Algarve existe um problema sério de envelhecimento da população, especialmente na zona da serra e do barrocal. E nesta zona também se faz sentir muito o desemprego dos jovens. No litoral é diferente. Estes problemas já não são tão sentidos, mas o emprego que existe é sazonal e muitas vezes precário.

2. Em que medida é que a rede ECOS poderá contribuir para a solução/minimização desses problemas? E quais são os principais desígnios desta rede?

A rede ECOS pode ajudar a despertar consciências para a questão da energia, e para os nichos de mercado que esta cria, com emprego altamente especializado. Pode servir como alavanca para futuros investimentos, para a criação de emprego qualificado e para a fixação de pessoas no interior.

Com a cooperação intermunicipal, é mais uma tentativa de tornar a política mais transparente. E como há o objectivo de fazer um Plano Estratégico para as áreas da energia e construção sustentáveis para os municípios que estão envolvidos, talvez se comece a criar uma verdadeira visão estratégica municipal nesta área. Eles já estão conscientes de que os seus edifícios, e os modelos de consumo energia neles praticados, são responsáveis por elevados custos para o erário público, sendo possível reduzir significativamente a factura energética a eles associada. Já é um passo muito importante esta consciência.

3. Na sua perspectiva, e tendo em conta o facto de ter sido um conjunto de municípios o motor de constituição desta parceria, que tipo de papel é que o poder local deve ter no desenvolvimento do território?

Os municípios não percebem o que é a sustentabilidade e não conhecem os reais problemas energéticos dos concelhos. É moda falar de energia. Os municípios não têm ideia do que gastam nem como.

Há um problema grave que é político no Algarve: as câmaras pensam a 4 anos. A maioria dos políticos não conhece a realidade, fulanizam a intervenção e têm falta de visão estratégica.

Governar é dar responsabilidades e partilhar responsabilidades. As câmaras ainda centralizam muito a tomada de decisão, mas é necessário alterar esta situação, apostando realmente numa maior cooperação e descentralização com outras entidades que estão no território.

Existe um outro problema que tem a ver com o excessivo poder das chefias intermédias nas câmaras municipais e com a falta de pessoal técnico especializado na área da energia e do ambiente.

Sempre houve uma atitude muito liberal das câmaras municipais face às questões energéticas. Só agora estamos a dar os primeiros passos.

Os municípios devem ser responsáveis pelo planeamento energético (e doutras áreas), mas também pela realização efectiva de investimentos na área da energia, como é a substituição de lâmpadas por lâmpadas de baixo consumo em escolas, só para dar um exemplo. A par disto, deve continuar a fazer o seu trabalho, prestando os serviços que já presta (mas com maior sensibilidade energética e ambiental) e apoiando financeiramente (e de outras formas) e melhorar a sua eficiência energética (particulares e empresas).

Relativamente à influência territorial, aqui no Algarve as câmaras têm muito poder local e regional, ao nível da Associação de Municípios do Algarve. A nível

nacional, penso que estado deveria ouvir mais as câmaras municipais, de forma a perceber o que se passa nos territórios. Assim, o planeamento nacional seria com certeza melhor. As câmaras têm influência a nível nacional, através dos partidos políticos a que pertencem.

4. Tendo, ainda, em conta que a rede ECOS valoriza e busca parcerias com entidades privadas (as quais integram a própria rede), como encara a actuação das organizações não públicas nos processos de governança e desenvolvimento territorial? Que papel é que lhes está reservado?

O papel das organizações não públicas como a AREAL é fundamental, porque é lá que estão recursos humanos e outros para a intervenção (a AREAL tem 13 técnicos especializados). É preciso, igualmente, trabalhar com as universidades, mas sem esquecer que elas não são detentoras do monopólio do conhecimento.

5. A rede ECOS surge no âmbito de uma candidatura ao instrumento de política Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, promovido pela DGOTDU, um organismo estatal e enquadra-se na Política de Cidades, Polis XXI. Neste contexto, qual considera que deve ser a actuação do estado em matéria de desenvolvimento local e regional?

O estado deve ter um papel mínimo, ou seja, reservar-se à prestação de serviços em áreas chave e tradicionais de intervenção estatal, devendo descentralizar tudo o resto para as câmaras municipais e para o sector privado. Nesta descentralização deve manter um papel de regulador, mas com distanciamento.

Esta regulação deve passar, essencialmente, por procedimentos de planeamento estratégico, onde se definem as grandes orientações para a coesão territorial nacional, como por exemplo a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável. E nada mais.

6. No caso concreto da organização que representa, quais foram as principais motivações que estiveram na base da decisão de integrar esta rede urbana?

Essencialmente, a possibilidade de desenvolver Cartas Energéticas - já temos acordado com Silves a custo zero, ou seja, com apoio dos fundos comunitários.

Também é importante porque esta é uma empresa e pode alargar a sua rede de contactos (com outras empresas), desenvolver outro tipo de projectos (alargar a sua área de intervenção) e encontrar oportunidades de negócio.

A nível nacional existem cerca de 15 ou 16 agências de energia, mas não cooperamos umas com as outras. As pessoas escondem o conhecimento e o trabalho que fazem. A rede ECOS pode ser uma mais valia na medida em que possibilita:

- a. Adquirir novos conhecimentos e desenvolver aprendizagens com entidades que estão na rede efectivamente para aprender e partilhar *know-how*;
- b. Encontrar outros contextos de especialização da agência e oportunidades de investigação para os técnicos da AREAL;
- c. Melhorar a forma de trabalhar da agência, porque as pessoas não podem achar que fazem tudo bem. Existem sempre coisas novas a sair nesta área;
- d. Influencia o poder político e sensibilizá-lo para as questões da energia. A rede ECOS é, no seu núcleo duro, uma rede de municípios e nesse sentido há a possibilidade de os influenciar positivamente para a questão da energia, para tomarem decisões orientadas para esta área. E como a lógica é de parceria, existe sempre discussão sobre as questões e tudo é muito ponderado e negociado. Basicamente, ninguém faz “orelhas moucas” ao que dizemos.

Para a AREAL foi importante estar um município do Algarve na rede. Talvez se não tivesse não teríamos aderido (proximidade com um dos parceiros nucleares). Existe uma identidade local do Algarve presente na rede. Também existe uma identificação, uma identidade da própria rede em termos temáticos: a energia surge como um tema aglutinador.

Depois existe outra questão, a rede ECOS valoriza muito o trabalho desenvolvido no Algarve na área da construção em terra, o que faz com que nos identifiquemos com a parceria.

7. No que se refere à sua organização, quais são os projectos âncora que se enquadram na rede ECOS?

Desenvolver a carta energética do município de Silves.

8. Qual a experiência da sua organização em matéria de parcerias inter-organizacionais?

A própria AREAL é uma empresa privada sem fins lucrativos, que resulta uma parceria entre a Comissão Europeia e a Associação de Municípios do Algarve criada em 2000.

SINOPSE DE ENTREVISTA M

Parceiro: NERBE/AEBAL - Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral

Data: 09.06.2008

1. Quais são os principais problemas do território em que a organização que representa está implantada?

Economia

A NERBE/AEBAL preocupa-se com o impacto negativo da globalização a diversos níveis, dos quais destaca a deslocalização de emprego. Mas reconhece os desafios que essa mesma globalização coloca às empresas e às regiões, desafios esses que são essencialmente de carácter competitivo e inovativo. As empresas devem, e estão a, fazer um esforço no sentido de se especializarem, de se posicionarem no mercado internacional com uma clara perspectiva de concorrência, apresentando uma capacidade inovativa considerável (o que não é fácil no Alentejo) e experimentando novas soluções e áreas de negócio.

Política

O estado está em crise e a administração local também é afectada por esta crise democrática. São necessárias novas alternativas que legitimem o poder local nos períodos que medeiam os sufrágios, que tragam transparência aos processos e a participação das pessoas.

Também a questão da descentralização de competências para os níveis mais baixos da administração e para as organizações não públicas é fundamental, seguindo a lógica de subsidiariedade proposta pela União Europeia.

Sociedade

Problemas que advêm do êxodo das pessoas, que tem que ser estancado, nomeadamente o envelhecimento. O desemprego também é preocupante no Baixo Alentejo, e a taxa apresentada nas estatísticas oficiais não é sequer real, se tivermos em conta a forma como as estatísticas são calculadas.

2. Em que medida é que a rede ECOS poderá contribuir para a solução/minimização desses problemas? E quais são os principais desígnios desta rede?

A rede ECOS pode contribuir na medida em que visa uma especialização e internacionalização dos concelhos, e por essa via existe uma aposta na criação de emprego e na fixação de população. A rede pode ainda estimular as economias locais.

3. Na sua perspectiva, e tendo em conta o facto de ter sido um conjunto de municípios o motor de constituição desta parceria, que tipo de papel é que o poder local deve ter no desenvolvimento do território?

Os municípios têm um papel fundamental de dar incentivos financeiros (ou de propriedade) para a fixação de população e de empresas.

Para isso deve ter uma perspectiva local e regional, devendo planear o desenvolvimento da região como um todo e de forma integrada.

Os municípios podem ainda servir como um estímulo às economias locais, descentralizando competências para entidades privadas, nomeadamente ao nível da realização de tarefas específicas em prol dos cidadãos (ex: higiene urbana, etc.)

O poder local deve ser cada vez mais forte.

4. Tendo, ainda, em conta que a rede ECOS valoriza e busca parcerias com entidades privadas (as quais integram a própria rede), como encara a actuação das organizações não públicas nos processos de governança e desenvolvimento territorial? Que papel é que lhes está reservado?

Está-lhes reservado um papel de prestação de serviços e produtos de grande qualidade, que substitua e compita com a inércia dos serviços estatais. Têm também um papel de sensibilização dos municípios para determinadas áreas problemáticas específicas.

5. A rede ECOS surge no âmbito de uma candidatura ao instrumento de política Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, promovido pela

DGOTDU, um organismo estatal e enquadra-se na Política de Cidades, Polis XXI. Neste contexto, qual considera que deve ser a actuação do estado em matéria de desenvolvimento local e regional?

O estado tem um papel fundamental ao nível do desenvolvimento de diversas áreas. Para isso deve apostar nas dimensões nacional e regional quando planeia o desenvolvimento e a coesão do território nacional.

A produção de legislação é uma tarefa quotidiana do estado que se deve manter, mas não da forma exagerada como tem sido, assim como a manutenção de um conjunto de serviços nucleares à população.

O demais deve ser descentralizado e passado para o nível local através de apoios e contratos programa.

6. No caso concreto da organização que representa, quais foram as principais motivações que estiveram na base da decisão de integrar esta rede urbana?

A rede ECOS, se obtiver êxito, poderá proporcionar oportunidades de negócio para os associados da NERBE/AEBAL e oportunidades de acesso a fundos comunitários, apesar de esta última questão não ser muito simples.

A obtenção de espaços e de equipamentos para as actividades dos associados da NERBE/AEBAL é uma motivação neste e em qualquer outro projecto em que participe.

Outra questão importante é o alargamento da rede de contactos da associação (e as aprendizagens e conhecimentos que daí advêm sempre) e por essa via dos seus associados, quer em matéria de fornecedores quer em matéria de clientes, quer em matéria de parceiros. As actividades económicas tem que se especializar e a rede ECOS pode dar pistas nesse sentido aos associados da NERBE/AEBAL.

A rede ECOS pode ainda ser interessante do ponto de vista da proximidade que se estabelece com quem deve pensar o desenvolvimento económico (influência). A NERBE/AEBAL gostaria de colaborar nos processos de discussão e negociação das

opções económicas dos territórios alentejanos, sempre numa perspectiva de manutenção da identidade local.

7. No que se refere à sua organização, quais são os projectos âncora que se enquadram na rede ECOS?

A NERBE/AEBAL ainda não definiu o seu projecto âncora, mas terá a ver com certeza que questões associadas à divulgação de informação aos seus associados.

8. Qual a experiência da sua organização em matéria de parcerias inter-organizacionais?
